



Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, ISSN: 2178-2008, Ano X, Vol.X, n.37, jan./mar., 2019.

Publicado: 2019-03-20

Artigos

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS NO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF: UMA INICIATIVA DE INOVAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

José Bonifácio de Araújo Júnior, Lúcio Carlos de Pinho Filho

04-20

[PDF](#)

A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Me. Jonas Rdorigo Gonçalves, Antônio Lucas Marcos de Carvalho, Mateus José da Silva, Matheus Farkas de Araújo, Stheophany Bawer da Silva Lima Nascimento, Yago Lins de Oliveira Alves

21-34

[PDF](#)

COMPARTIMENTAÇÃO MORFOCLIMÁTICA DE BRASÍLIA: O DIREITO DO USO CONSCIENTE DOS RECURSOS NATURAIS

Daniarly da Costa

35-48

[PDF](#)

ANÁLISE DE QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS CONCURSOS PÚBLICOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) E DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM) PARA OS CARGOS DE TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA E ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

Me. Jonas Rdorigo Gonçalves, Gildenildo Rodrigues do Nascimento de Santana

49-68

[PDF](#)



Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros

ISSN: 2237-2342 (impresso)
L-ISSN: 2178-2008 (on-line)

Ano X, Vol.X, n.37, jan./mar., 2019.

Tramitação editorial:
Data de submissão: 30/01/2019.
Data de reformulação: 15/02/2019.
Data de aceite definitivo: 30/02/2019.
Data de publicação: 20/03/2019.

Editora Responsável: Me. Ana Carolina Borges de Oliveira.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS NO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF: UMA INICIATIVA DE INOVAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

José Bonifácio de Araújo Júnior¹.
Lúcio Carlos de Pinho Filho².

RESUMO

Este artigo apresenta uma visão geral do Projeto de Implantação da Gestão de Riscos no Governo do Distrito Federal – GDF, uma iniciativa que é capitaneada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, com o propósito de aperfeiçoar a Gestão Pública Distrital, por intermédio da disseminação de boas práticas de gestão internacionalmente reconhecidas, com destaque para a norma NBR ISO 31000 – Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes, bem como modificar o formato de atuação do Órgão Central de Auditoria do Poder Executivo Distrital, a partir da realização de consultorias aos órgãos e entidades interessados na implantação do processo de gestão de riscos. Em termos metodológicos o texto se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, caracterizada por apoiar-se fundamentalmente em registros disponíveis tais como normas e documentos³ sendo o texto dividido em quatro partes, a saber: 1. Introdução, 2. Histórico e Resultados do Projeto, 3. Referências Externas e 4. Conclusão.

PALAVRAS-CHAVES: CGDF. Controle interno. Gestão de riscos. ISO 31000. Governo.

ABSTRACT

This article provides a general view about an important government management project structured by the Office of the Comptroller General (CGDF), the implementation of risk management in the Federal District Government (GDF), entitled "Modernization of Audit Techniques through the Implantation of Risk Management Corporate Governance Practices and Good Corporate Governance Practices". This paper present many positive project results, for example: improvement of organizational processes in the Organs and Entities

¹ Doutorando em Ciências Contábeis pela UnB. Mestre em Ciências Contábeis pela UnB, Bacharel em Administração pela UFPB e Licenciado em Matemática pela UCB. Coordenador do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade Processus.

² Mestrando em *Desarrollo Humano* pela FLACSO/Argentina com especializações *lato sensu* diversas. Graduado em Ciências Contábeis pela UnB, com Complementação Pedagógica – Licenciatura em Matemática pela UNIVEN e Curso Superior de Política e Estratégia – CSuPe pela Escola Superior de Guerra – ESG. Professor do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade Processus.

³ SEVERINO, Antônio Joaquin. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016, p. 131.

that implemented the risk management, the adoption of internationally good management practices, savings measured, and others.

KEY-WORDS: CGDF. Internal control. Risk management. ISO 31000. Government.

1. INTRODUÇÃO

Conviver eternamente com o improvável é um traço indelével da existência humana⁴ a necessidade de adaptação e de resposta aos eventos externos, positivos ou negativos, moldou a história de humanidade⁵.

Os agrupamentos humanos (famílias, cidades, sociedades e instituições) constituem mecanismos para o enfrentamento dos efeitos da incerteza nos âmbitos individual e coletivo. A capacidade humana de conceituar os fenômenos físicos e sociais permitiu a formulação da palavra “risco”, que pode significar: perigos⁶, ameaças aos objetivos⁷ ou o efeito da incerteza: não se saber o reflexo positivo ou negativo dos eventos internos e externos nas atividades organizacionais.

Estudos indicam que quanto mais aprimorada é a gestão de riscos das organizações⁸, mais viável a sua continuidade no tempo e no espaço, assim emerge uma interrogação: existem modelos que comprovadamente auxiliam o desenvolvimento e melhora continua de um sistema para a gestão de riscos?

A resposta é positiva, existem guias para o estabelecimento da gestão de riscos, com destaque para a Norma ISO 31000:2009 – Gestão de Riscos - Princípios e Diretrizes:

*As far as international risk management standards go, the best choice for any non-financial organization is by far the ISO 31000:2009. At the time of writing the standard had been officially translated and adopted in 44 out of 50 largest countries by GDP, making it truly global. ISO 31000:2009 is an international standard that provides principles and guidelines for effective risk management. It is not specific to any industry or sector and is intended to be tailored to meet the needs of the organization.*⁹

De um modo sintético, a Norma ISO 31000:2009 forja a gestão de risco como um conjunto de princípios, estruturas e processos com o objetivo de:

⁴ BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Ediciones Paidós Ibérica: 2006, p. 20.

⁵ BERNSTEIN, Peter. *Contra os deuses: uma história do risco*. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1997.

⁶ ABNT. *NBR ISO 27001: Segurança da informação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

⁷ COSO. *Enterprise risk management: integrated framework – ERM*. COSO: Jersey City, 2004.

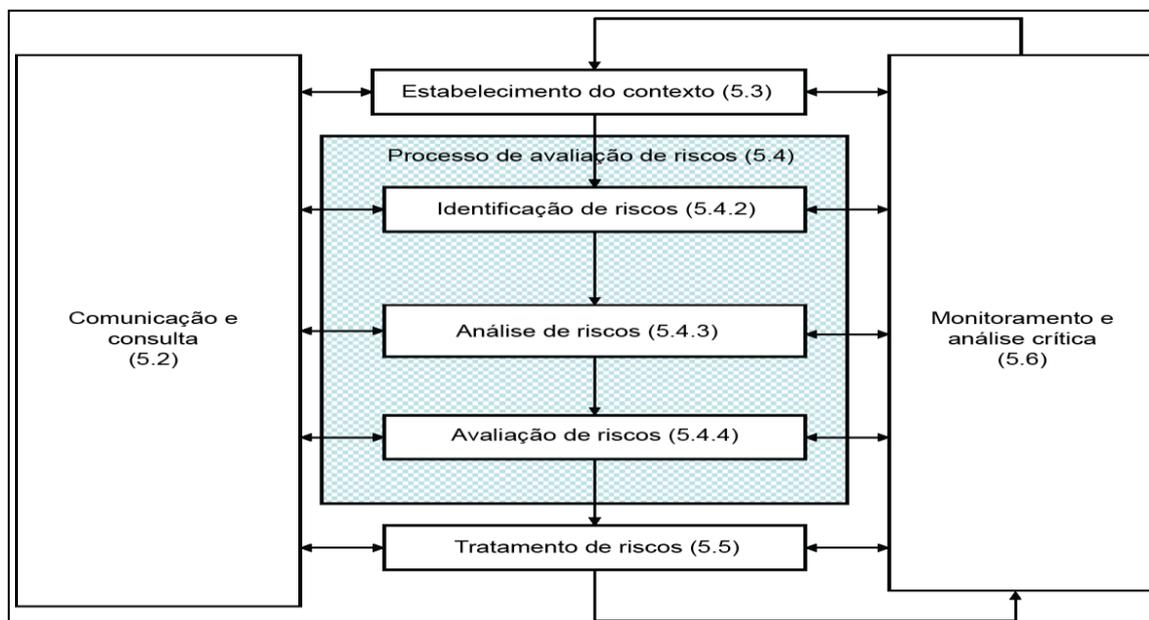
⁸ MIRAVAL, Fabiola. *Gestión de la calidad según la norma ISO 9001:2015*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2016, p. 83.

⁹ SIDORENKO, Alex; DEMIDENKO, Elena. *Guide to effective risk management 3.0*. Risk Academy: 2016. Disponível em: <<https://www.risk-academy.ru/en/download/risk-management-book/>> Acesso em: 15 mar. 2019, p. 5.

- Aumentar a probabilidade de lograr os objetivos.
- Fomentar a gestão proativa;
- Ser consciente da necessidade de identificar e tratar os riscos em toda a organização.
- Melhorar a identificação das oportunidades e ameaças.
- Aperfeiçoar a informação obrigatória e voluntária.
- Melhorar a governança.
- Melhorar a confiança dos interessados (stakeholders).
- Estabelecer uma base confiável para a tomada de decisões e planejamento.
- Melhorar os controles.
- Melhorar a eficácia e eficiência operacional (efetividade).
- Minimizar as perdas e incidentes.
- Melhorar o aprendizado organizacional.
- Aumentar a resistência da organização.

O processo de gerenciamento de riscos preconizado pela NBR ISO 31000:2009 é assim estruturado:

Figura 1 – O Processo de Genciamento de Riscos Segundo a NBR ISO 31000:2009.



Fonte: NBR ISO 31000:2009.

Outro aspecto muito importante da Norma ISO 31000:2009 se refere ao conceito de controle, “a medida que está modificando o risco”, o que indica que é insuficiente somente conhecer e calcular

o risco (identificar, analisar e avaliar): é fundamental se estabelecer as medidas de tratamento e resposta aos riscos.

É significativa, por tanto, a indicação de que o tema é relevante na agenda governamental:

Nowadays, risk management is on everyone's corporate agenda; let it be a private or public organization. A special attention to risk management is paid by governments, stock exchanges, shareholders and regulators. However, this has not always been the case.¹⁰

A afirmação acima tem sentido considerando-se que as políticas públicas constituem a expressão política¹¹, técnica¹² e normativa¹³ da atuação estatal, em outra perspectiva, a resposta a situações como: empobrecimento da população, vulnerabilidade social, mudanças climáticas, entre outros¹⁴.

Sucedem, por tanto, um paradoxo: as políticas públicas são respostas a riscos, mas também estão submetidas a riscos, o que torna o tema intrigante do ponto de vista social, técnico e científico

2. HISTÓRICO E RESULTADOS GERAIS DO PROJETO

2.1. Gênese do Projeto de Implantação da Gestão de Riscos no Governo do Distrito Federal – GDF.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE recomendou como caminho para o fortalecimento da integridade das instituições governamentais brasileiras a concretização das seguintes ações (negrito nosso):

- **Integrar a gestão de riscos como elemento-chave da responsabilidade gerencial, de modo a promover a integridade e prevenir a improbidade, os desvios e a corrupção.**
- Garantir maior capacidade para que as instituições públicas de fomento à integridade sejam capazes de assegurar que estas desempenhem suas funções de acordo com seus objetivos.
- Aprimorar os esforços de avaliação da implantação e dos impactos das instituições e medidas de apoio à integridade, visando a promover um processo contínuo de aprendizagem e ajuste de políticas.
- Coordenar a formulação e implantação de políticas, com o objetivo de desenvolver um compromisso coletivo de reforma do sistema de integridade.¹⁵

¹⁰ SIDORENKO, Alex; DEMIDENKO, Elena. *Guide to effective risk management 3.0*. Risk Academy: 2016. Disponível em: <<https://www.risk-academy.ru/en/download/risk-management-book/>> Acesso em: 15 mar. 2019, p. 2.

¹¹ Weimer, David L.; Vining, Aidan R. *Policy analyses: concepts and practice*. Upper Saddle River: Pearson, 2005.

¹² KINGDON, John. *Agendas, alternatives, and public policies*. New York: Harper Collins, 1995.

¹³ FISCHER, Frank. *Evaluating public policy*. Washington: Thomson Learning, 1995.

¹⁴ ABNT. **NBR ISO 26000: Guia de responsabilidade social**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

¹⁵ OCDE. *Avaliação da OCDE sobre o sistema de integridade da administração pública federal brasileira: gerenciando riscos por uma administração pública íntegra*. Brasil: OECD, 2011. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/AvaliacaoIntegridadeBrasileiraOCDE/AvaliacaoIntegridadeBrasileiraOCDE.PDF>> Acesso em: 15 mar. 2019.

Nesse contexto a Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF instituiu um Projeto em julho de 2015 para a implantação da gestão de riscos no Poder Executivo do Distrito Federal, tendo em vista que gerenciar riscos é uma ação relevante para as organizações de qualquer natureza, uma vez que a incerteza mina a concentração dos gestores, pois dificulta o planejamento, bem como o aperfeiçoamento de operações e processos.

Num sentido negativo da gestão de riscos, os gestores podem ser responsabilizados se forem expostos a riscos indevidos, além de serem os responsáveis pelos reportes e respectivos controles internos.

O gerenciamento de risco é um instrumento de tomada de decisão que visa melhorar o desempenho das organizações por intermédio da identificação de oportunidades de ganhos e de redução de probabilidade de perdas, indo além do cumprimento de demandas regulatórias.

Diferentemente da abordagem utilizada por outros órgãos de controle, que utilizam a para fiscalizar as unidades gestoras com maior ou menor intensidade, a CGDF busca expandir a utilização da gestão de riscos como mecanismo de melhoria da gestão pública, por intermédio de um inédito serviço de consultoria aos Órgãos e Entidades, em linha com as melhores práticas internacionalmente reconhecidas, bem como capacitando continuamente os agentes públicos, o que torna o Projeto uma referência nacional.

Por fim, vale citar o Plano Estratégico Institucional – PEI (2016-2019) da CGDF, em especial a perspectiva estabelecida de Fortalecimento da Transparência e Controle Social:

Foco na ampliação da participação do cidadão como agente de controle das políticas públicas, fomento à gestão de riscos, fortalecimento do Sistema de Ouvidoria, ampliação da Transparência Pública, execução dos projetos Controladoria nas Escolas e Auditoria Cívica, aumento da satisfação do cidadão em relação aos instrumentos de controle e participação social.¹⁶

2.2. Contexto do projeto

O Projeto tem como fundamento o seguinte contexto:

- A necessidade de incremento da integridade e da introdução de boas práticas de gestão.
- Distanciamento do Órgão Central de Controle Interno da realidade operacional dos gestores.

⁹ CGDF *Plano estratégico institucional – PEI (2016-2019)*. Disponível em: <http://www.cg.df.gov.br/images/institucional/pdfs/planejamento_estrategico.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2019.

2.3. Objetivos

Os objetivos do Projeto estão delineados no Plano Estratégico Institucional – PEI (2016-2019) da CGDF, quais sejam (negrito nosso):

Perspectiva Processos Internos 4.

Fomentar o aperfeiçoamento dos controles internos e a indução da gestão de riscos da Administração Pública

ii. Taxa de implementação de matrizes de risco - Mede a implantação de matrizes de risco em órgãos e entidades classificados como de alta complexidade.

Meta: Implementar matrizes de riscos em todos os órgãos classificados como de alta complexidade até dezembro de 2019.

iii. Índice de maturidade da gestão de riscos e controles internos - Mede a maturidade da gestão de riscos e controles internos com base na ISO 31000:2009 e COSO 2013, em órgãos e entidades de alta complexidade.

Meta: Avaliar a maturidade da gestão de riscos e controles internos em todos os órgãos de alta complexidade até dezembro de 2019.

iv. Índice de atuação baseada em risco - Mede o percentual de auditorias concluídas que foram baseadas em análise prévia de risco nas unidades de alta complexidade.

Meta: Auditar baseado em riscos todas as unidades de alta complexidade até dezembro de 2019.¹⁷

Quando se menciona “Implementar matrizes de riscos em todos os órgãos classificados como de alta complexidade até dezembro de 2019”, significa implantar a gestão de riscos em 24 (vinte e quatro) dos 132 (cento e trinta e dois) Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, o que representa 18% (dezoito por cento) do total de unidades, o que parece, em princípio, uma meta tímida. Ocorre que as “unidades de alta complexidade” são responsáveis pela execução de 86% (oitenta e seis por cento) do orçamento anual do Governo do Distrito Federal – GDF, uma relação perfeitamente situada na “Regra de Pareto”: atuar em 20% (vinte por cento) dos Órgãos e Entidades responsáveis por 80% (oitenta por cento) da execução orçamentária e financeira.

2.4. Referências técnicas adotadas

O Projeto adota tanto para a execução das consultorias quanto para as capacitações de servidores modelos que estão em “estado da arte”, ou seja, em linha com referenciais técnicos internacionalmente reconhecidos, a saber:

- NBR ISO 31000:2009 – Gerenciamento de Risco – Princípios e diretrizes.

- NBR ISO 31004:2013 – Gestão de Risco – Orientação para a Implementação da Norma ISO 31000.
- NBR ISO 31010:2009 – Gestão de Risco – Técnicas de Avaliação de Riscos.
- NBR ISO 19011:2012 – Diretrizes para Sistemas de Gerenciamento de Auditoria.
- COSO – Controle Interno – Estrutura Integrada (2013).

De um modo sumarizado, a CGDF realiza uma consultoria, que envolve todo o repasse de conhecimentos de modo que os órgãos e entidades participantes possam melhorar os processos internos; gerir os riscos; aperfeiçoar os controles internos, a saber:

Figura 2 – Modelo de Consultivo de Implantação – Gestão de Riscos.



Fonte: elaboração própria.

15. Promulgação do decreto distrital n.º 37.302/2016.

Em linha com a implantação da gestão de riscos no GDF, foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 18 de maio de 2016 o Decreto Distrital n.º 37.302/2016. Tal norma incentiva a internalização na Administração Pública Distrital de um conjunto de referenciais de boas práticas de gestão internacionalmente reconhecidos, especificamente as normas ISO 31000:2009, ISO 19011:2011 o Controle Interno – Estrutura Integrada – 2013 do Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO), com vistas à implantação de mecanismos de gestão de riscos e de controles administrativos internos nos órgãos e entidades, atuando de forma sistemática e permanente com vistas à agregação de valor à gestão.

De um modo mais analítico, os padrões acima citados têm as seguintes aplicações:

- **ISO 31000:2009:** a ISO 31000 é a norma internacional para gestão de risco. Ao fornecer princípios e diretrizes abrangentes, ajuda a instituição em suas análises e avaliações de riscos, sendo aplicável à maioria das atividades, incluindo planejamento operações de gestão e processos de comunicação. O risco muitas vezes é caracterizado pela referência aos eventos potenciais às consequências ou combinações destes.

Para que haja uma qualidade nas implantações de gestão de risco é necessário um escopo sobre a estrutura, para que possa dar qualidade, gerenciamento e responsabilidade ao gestor que vai gerir toda essa estrutura.

Compreende-se que a gestão de risco é feita tanto para o ambiente interno como externo das empresas privadas e entidades públicas, com a capacidade para retificar as falhas e uma tempestividade e levedez para a solução do problema diagnosticado.

Apesar de todas as instituições gerenciarem riscos de alguma maneira, as recomendações de melhores práticas dessa norma internacional foram desenvolvidas para melhorar a gestão, principalmente em cenários adversos:

No entanto, rejeitar projetos por parecerem arriscados pode levar empresas a rejeitar oportunidades de investimentos que na realidade oferecem um excelente retorno. O verdadeiro problema é como quantificar o risco e, assim, precificá-lo adequadamente.¹⁸

- **ISO 19011:2012:** introduziu o conceito de risco à luz da ISO 31000:2009, “o efeito das incertezas nos objetivos” no contexto das auditorias de sistemas de gestão, orientando sobre a gestão de programas de auditoria, sobre a realização de auditorias internas ou externas de sistemas de gestão da qualidade e/ou ambiental, assim como sobre a competência e a avaliação de auditores. O enfoque adotado se relaciona com o risco do processo de auditoria em não atingir seus objetivos e com a possibilidade da auditoria interferir nos processos e atividades da organização auditada. Na maioria das empresas quem faz a auditoria interna, é um profissional da própria entidade com um treinamento especializado que age na auditoria interna para chegar ao resultado esperado.
- **Controle Interno – Estrutura Integrada – 2013:** em 1992, o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) publicou a obra Controle Interno –

¹⁸ CROUHY Michel, GALAI Dan, MARK Robert. **Gerenciamento de risco: abordagem conceitual e prática: uma visão integrada dos riscos de crédito e de mercado.** Rio de Janeiro: Qualitymark: São Paulo, 2004.

Estrutura Integrada, (*Internal Control – Integrated Framework*). Essa primeira versão teve grande aceitação e tem sido aplicada amplamente em todo o mundo, sendo reconhecida como uma estrutura para desenvolvimento, implementação e condução do controle interno, bem como para a avaliação de sua eficácia.

Em 2013 houve a publicação de uma versão atualizada, com os fundamentos de que o controle interno auxilia as instituições a alcançar objetivos importantes e a sustentar e melhorar o seu desempenho, assim o *Internal Control – Integrated Framework* (Controle Interno – Estrutura Integrada) permite que as organizações desenvolvam, de forma efetiva e eficaz, sistemas de controle interno que se adaptem aos ambientes operacionais e corporativos, reduzam os riscos para níveis aceitáveis e apoiem um processo sólido de tomada de decisões e de governança.

A Estrutura auxilia a administração, a estrutura de governança, o público externo e outras partes a interagir com a entidade nas respectivas funções relacionadas ao controle interno. Para isso, esclarece o que constitui um sistema de controle interno e oferece uma visão sobre quando o controle interno está sendo aplicado com eficácia.

As diretivas supracitadas são aplicáveis a todos os tipos de organizações, entretanto cada uma pode escolher implantar o controle interno de forma diferente, por exemplo, o sistema de controle interno de uma entidade de pequeno porte pode ser menos formalmente estruturado, mas ainda ser efetivo.

O controle interno e gerenciamento de risco são formas de se evitar ao máximo grandes casos de fraudes que venham a prejudicar a imagem e as finanças das empresas. No setor público previne que atos de corrupção sejam cometidos e o dinheiro público seja utilizado irregularmente, de forma que não seja para o bem comum da sociedade e sim para interesses particulares.

Por fim, com a publicação da norma, o GDF alinha-se à recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal contida na Decisão nº 3320/2015:

[...]

II – recomendar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que envide esforços no sentido de:
a) tornar a capacitação prévia premissa básica para o exercício da função de executor de contratos, permitindo o fortalecimento dos controles internos e a mitigação do risco da ocorrência de erros; b) aprimorar a gestão de riscos no âmbito do Complexo Administrativo do Distrito Federal, contribuindo para a criação de mecanismos de controle que funcionem *pari passu* à execução dos contratos e fortalecendo os controles internos associados;

[...]

2.6. Parcerias estabelecidas

Até o momento foram firmadas parcerias, por intermédio de portarias conjuntas, com as seguintes Unidades:

- Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF.
- Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ.
- Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal – SETUL.
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA.
- Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI.
- Agência de Fiscalização – AGEFIS.
- Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB.
- Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES.

No momento, estão se concretizando as portarias conjuntas com outras organizações, a saber: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal – SINESP e a Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal – SEDICT, Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH e Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN, por exemplo.

2.7. Equipe diretamente alocada e recursos utilizados

O contingente de 11 servidores da Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal – SUBCI/CGDF envolvido com a implantação da gestão de riscos (Subcontrolador de Controle Interno, Coordenador-Geral de Auditoria, Coordenador de Auditoria de Gestão de Riscos, Diretor de Auditoria de Avaliação de Riscos, 6 Auditores de Controle Interno e 1 Inspetor Técnico de Controle Interno).

A realização dos serviços consultivos demanda a mão de obra especializada de servidores da CGDF e a infraestrutura e o apoio de servidores da unidade na qual está ocorrendo o serviço consultivo.

2.8. Sustentabilidade da iniciativa

A iniciativa é sustentável porque a gestão de riscos é uma exigência da Lei n.º 13.303/2016 e do Decreto Distrital n.º 37.302/2016.

Além disso, a capacitação continuada de servidores nas temáticas da gestão de riscos e os bons resultados já obtidos contribuem para a perpetuação da ação.

2.9. Resultados alcançados

Foram obtidos, até o momento, os resultados abaixo¹⁹:

- Adoção de boas práticas de gestão internacionalmente utilizadas.
- Capacitação de 120 (cento e vinte) servidores da CGDF, Unidades de Controle Interno – UCIs e Unidades de Auditoria Interna – UAIs em gestão de riscos.
- Economias concretamente mensuradas no HEMOCENTRO de R\$ 10.000.000,00.
- Melhoria de processos organizacionais nos Órgãos e Entidades que implantaram a gestão de riscos, 7 no total.
- Mudança no formato de atuação da CGDF, com a incorporação efetiva de ações consultorias aos órgãos e entidades do GDF.
- Reconhecimento da CGDF, por Órgãos externos ao Governo do Distrito Federal – GDF, como referência no tema da implantação da gestão de riscos e controles internos.

Os resultados acima podem ser verificados nas referências indicadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Referências para Consulta às Informações

| TÍTULO | FONTE PARA ACESSO À INFORMAÇÃO |
|--|---|
| MUDANÇAS NA GESTÃO GERAM ECONOMIA DE R\$ 14 MILHÕES EM DOIS ÓRGÃOS. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2809-mudan%C3%A7as-na-gest%C3%A3o-geram-economia-de-r\$-14-milh%C3%B5es-em-dois-%C3%B3rg%C3%A3os.html > |
| METRÔ-DF É A PRIMEIRA EMPRESA DO SISTEMA METROVIÁRIO A DESENVOLVER GESTÃO DE RISCOS. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2884-metr%C3%B4-df-%C3%A9-a-primeira-empresa-do-sistema-metrovi%C3%A1rio-a-desenvolver-gest%C3%A3o-de-riscos.html > |
| AÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DO DF SÃO APRESENTADAS AO GOVERNADOR. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2743-a%C3%A7%C3%B5es-da-controladoria-geral-do-df-s%C3%A3o-apresentadas-ao-governador.html > |
| GESTÃO DE RISCOS SERÁ INICIADA NA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2811-gest%C3%A3o-de-riscos-ser%C3%A1-iniciada-na-secretaria-do-meio-ambiente.html > |
| CONTROLADORIA-GERAL DO DF ASSINA ACORDO DE RESULTADOS COM GOVERNO DE BRASÍLIA. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2835-controladoria-geral-do-df-assina-acordo-de-resultados-com-governo-de-bras%C3%ADlia.html > |
| GESTÃO DE RISCOS SERÁ IMPLANTADA NA PMDF. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2965-gest%C3%A3o-de-riscos-ser%C3%A1-implantada-na-pmdf.html > |
| PROJETO DE GESTÃO DE RISCOS E MUDANÇA NOS RELATÓRIOS DE CONTAS. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2958-secretarias-de-infraestrutura-e-servi%C3%A7os-p%C3%BAblicos-e-de-educac%C3%A7%C3%A3o-conhecem-o-projeto-de-gest%C3%A3o-de-riscos-e-a-mudan%C3%A7a-nos-relat%C3%B3rios-de-contas.html > |

¹⁹ SUBCI/CGDF. **A gestão de riscos na administração pública: implantação da gestão de riscos nas unidades orgânicas do poder executivo do Distrito Federal.** Brasília: SUBCI/CGDF, 2017

| TÍTULO | FONTE PARA ACESSO À INFORMAÇÃO |
|---|---|
| PUBLICADOS DECRETOS QUE REGULAMENTAM A LEI ANTICORRUPÇÃO, O CÓDIGO DE CONDUTA E PRÁTICAS GERENCIAIS EM GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2733-assinados-decretos-que-regulamentam-a-lei-anticorrupt%C3%A7%C3%A3o-o-c%C3%B3digo-de-conduta-e-pr%C3%A1ticas-gerenciais-em-gest%C3%A3o-de-riscos-e-controle.html > |
| AUDITORES RECEBEM CERTIFICADO DA NORMA INTERNACIONAL ISO 31000. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2671-auditores-recebem-certificado-da-norma-internacional-iso-31000.html > |
| SERVIDORES DA CGDF A UM PASSO DA CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL ISO. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2654-servidores-da-cgdf-a-um-passo-da-certifica%C3%A7%C3%A3o-internacional-iso.html > |

Fonte: elaboração própria.

São fatores críticos que contribuíram para os resultados até então obtidos:

- A boa receptividade do tema por parte dos servidores públicos.
- A Consciência dos dirigentes das unidades para a necessidade de aperfeiçoamento das práticas de gestão e para o atingimento de resultados em favor da sociedade.
- A seleção de fornecedores de alta qualidade para as capacitações da CGDF.
- O cenário de escassez de recursos muito propício ao fomento dos controles primários da gestão e para a internalização de métodos que auxiliem à racionalização de processos e atividades.
- O corpo técnico da CGDF motivado e qualificado.

2.10. Possibilidade de multiplicação e perspectivas futuras

Além do processo consultivo que foi desenvolvido, a CGDF e a Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV são parceiras na realização do curso de Gestão de Riscos com Base na NBR ISO 31000:2009, com duração de 20 horas-aula, que em 6 turmas capacitou mais de 200 servidores no ano de 2017.

Quadro 2 – Referências para Consulta às Informações

| TÍTULO | FONTE PARA ACESSO À INFORMAÇÃO |
|---|---|
| CGDF DÁ PALESTRA SOBRE GESTÃO DE RISCOS EM WORKSHOP PROMOVIDO PELO BRB. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2960-cgdf-d%C3%A1-palestra-sobre-gest%C3%A3o-de-riscos-em-workshop-promovido-pelo-brb.html > |
| CGDF PARTICIPA DO FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2957-cgdf-participa-do-f%C3%B3rum-nacional-de-controle.html > |

| | |
|---|---|
| IX FÓRUM BRASILEIRO DE ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2948-ix-f%C3%B3rum-brasileiro-de-atividade-de-auditoria-interna-governamental.html > |
| SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DF FAZEM CURSO DE GESTÃO DE RISCOS. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2934-servidores-da-secretaria-de-sa%C3%BAde-do-df-fazem-curso-de-gest%C3%A3o-de-riscos.html > |
| TÍTULO | FONTE PARA ACESSO À INFORMAÇÃO |
| CGDF E EGOV PROMOVEM PRIMEIRO CURSO DE GESTÃO DE RISCOS. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2885-cgdf-e-egov-promovem-primeiro-curso-de-gest%C3%A3o-de-riscos.html > |
| GESTÃO DE RISCOS COM BASE NA NBR ISO 31000:2009: EGOV TEVE SEGUNDA TURMA. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2913-gest%C3%A3o-de-riscos-com-base-na-nbr-iso-310002009-egov-teve-segunda-turma.html > |
| CGDF PROMOVE CAPACITAÇÃO COM FOCO NA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2888-cgdf-promove-capacita%C3%A7%C3%A3o-com-foco-na-implanta%C3%A7%C3%A3o-da-gest%C3%A3o-de-riscos.html > |
| PROJETO DE GESTÃO DE RISCOS É BEM ACEITO POR GESTORES DO GDF. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2764-projeto-de-gest%C3%A3o-de-riscos-%C3%A9-bem-aceito-por-gestores-do-gdf.html > |
| CONTROLADORIA-GERAL DO DF PROMOVE DEBATE SOBRE GESTÃO DE RISCOS. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2760-controladoria-geral-do-df-promove-debate-sobre-a-implanta%C3%A7%C3%A3o-da-gest%C3%A3o-de-riscos.html > |
| DISTRITO FEDERAL: SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO ABRE 23ª REUNIÃO TÉCNICA DO CONACI. | < http://www.age.pa.gov.br/noticia/distrito-federal-semin%C3%A1rio-sobre-gest%C3%A3o-de-riscos-e-controle-interno-abre-23%C2%AA-reuni%C3%A3o?display=iframe > |
| CGDF PROMOVE SEMINÁRIO GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA. | < http://blogdocallado.com/cgdf-promove-seminario-gestao-de-riscos-e-controle-interno-como-instrumentos-de-governanca > |
| SANTA CATARINA PARTICIPA DA 23ª REUNIÃO TÉCNICA DO CONACI. | < https://sindiauditoria.org.br/2017/06/30/santa-catarina-participa-da-23a-reuniao-tecnica-do-conaci > |

Fonte: elaboração própria.

Enfim, o Projeto de Implantação da Gestão de Riscos no GDF tem perspectivas futuras muito sólidas por que:

- Está incluído no Acordo de Resultados pactuado entre a CGDF e Excelentíssimo Governador do Distrito Federal.
- Integra o Plano Estratégico Institucional – PEI (2016) da CGDF.
- Existe na estrutura orgânica da CGDF uma coordenação especificamente designada para a implantação do Projeto, a Coordenação de Auditoria de Riscos – CORIS/COGEA/SUBCI/CGDF.
- Há demanda dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Distrito Federal para a implantação da gestão de riscos. As empresas públicas e sociedades de economia mista do Governo do Distrito Federal – GDF são obrigadas a gerir riscos (Lei n.º 13.303/2016).

- O Projeto é reconhecido pelo Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI como um caso de sucesso na implantação e difusão das boas práticas de gestão de riscos, governança e controle.
- A EGOV em parceria com a CGDF realizou o curso de Gestão de Riscos Fundamentada na NBR ISO 31000:2009 Aplicada ao Setor Público, com vistas a internalizar os conceitos de gerenciamento de riscos nos servidores do GDF.

3. REFERÊNCIAS EXTERNAS

Outra perspectiva relevante do projeto é repercussão externa, nacional e internacional o que pode ser exemplificado pela citação direta da iniciativa do GDF no livro Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público, que foi publicado em outubro de 2017 pela Editora Fórum, contendo a seguinte menção, *in verbis*:

4.2.4 Governo do Distrito Federal – GDF

O Projeto de gestão de riscos do GDF, liderado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal-CGDF, surgiu em junho de 2015, a partir da necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de Governo do Distrito Federal, reforçando os controles primários e secundários dos órgãos auditados. Em agosto do mesmo ano, o Decreto nº 36.705/2015 alterou a estrutura da Controladoria-Geral criando a Coordenação de Auditoria de Monitoramento e Gestão de Riscos.

Por meio do Decreto nº 37.302/2016, foi determinado que os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal deveriam adotar medida para utilização de boas práticas gerenciais viriam adotar medidas para a utilização de boas práticas gerenciais em suas atividades de gestão de riscos e controle interno, sendo que tais práticas englobam as estruturas de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas reconhecidas como as melhores, em termos de gestão pública ou privada, utilizadas para aumentar a eficiência da administração e diminuir o impacto dos riscos correlacionados a esta atividade (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Após a publicação do decreto, a CGDF iniciou a implantação na Fundação Hemocentro de Brasília, Secretaria de Estado de Agricultura e Metrô-DF. Ainda em 2016, a implantação começou também a ser feita na própria CGDF. Em 2017, a gestão de riscos foi estendida para outros seis órgãos do Executivo local e a meta é implantar o projeto em 24 unidades consideradas de alta complexidade do GDF até 2019.

No que se refere à metodologia, a Portaria CGDF nº47/2017, que disciplina a execução das ações de controle por aquela Controladoria-Geral na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, na condição de órgão central de controle interno, trazem seu anexo único a matriz de riscos a ser utilizada nos trabalhos do órgão. Ela prevê a utilização de uma matriz 4x4, conforme figura a seguir, em que a avaliação de probabilidade apresenta os níveis quase certo, provável, pouco provável e improvável, enquanto na avaliação de impacto temos os níveis fraco, moderado, forte e muito forte.

Figura 21 – Matriz de riscos – CGDF

| | | | IMPACTO | | | |
|---------------|----------------|-----|---------|----------|-------|-------------|
| | | | FRACO | MODERADO | FORTE | MUITO FORTE |
| | | | 2,5 | 5 | 7,5 | 10 |
| PROBABILIDADE | QUASE CERTO | 10 | 25 | 50 | 75 | 100 |
| | PROVÁVEL | 7,5 | 18,75 | 37,5 | 56,25 | 75 |
| | POUCO PROVÁVEL | 5 | 12,5 | 25 | 37,5 | 50 |
| | IMPROVÁVEL | 2,5 | 6,25 | 12,5 | 18,75 | 25 |

O projeto objetiva reduzir as incertezas dos gestores na tomada de decisão, aumentar a credibilidade das unidades orgânicas do Governo do Distrito Federal, integrar a gestão de riscos como elemento-chave da responsabilidade gerencial, de modo a promover a integridade e prevenir a improbidade, os desvios e a corrupção e outros pontos que vão contribuir para a melhoria da Administração Pública²⁰.

No ano de 2017 a CGDF foi visitada por diversos órgãos e entidades municipais, estaduais, federais e não governamentais com vistas à apresentação da iniciativa, o que é exemplificado por intermédio do quadro a seguir:

Quadro 3– Referências para Consulta às Informações.

| TÍTULO | FONTE PARA ACESSO À INFORMAÇÃO |
|---|--|
| AUDITORES DE CONTROLE INTERNO DE SANTA CATARINA E BELO HORIZONTE CONHECEM TRABALHO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DF. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2866-auditores-de-controle-interno-de-santa-catarina-e-belo-horizonte-conhecem-trabalho-da-controladoria-geral-do-df.html >. |
| GESTÃO DE RISCOS: PROJETO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DF É APRESENTADO À EQUIPE DO DNIT. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2850-gest%C3%A3o-de-riscos-projeto-da-controladoria-geral-do-df-%C3%A9-apresentado-a-equipe-do-dnit.html >. |
| CGDF RECEBE VISITA DA CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2845-cgdf-recebe-visita-da-controladora-geral-do-mun%C3%ADcipo-de-canoas-rs.html >. |
| CONTROLADORIA-GERAL DO DF APRESENTA PROJETO DE GESTÃO DE RISCOS PARA SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CGU. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/item/2839-controladoria-geral-do-df-apresenta-projeto-de-gest%C3%A3o-de-riscos-para-servidores-do-minist%C3%A9rio-da-transpar%C3%Aancia-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-e-cgu.html >. |
| ONG VISÃO MUNDIAL CONHECE PRÁTICAS ADOTADAS PELA CGDF. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2909-ong-vis%C3%A3o-mundial-conhece-pr%C3%A1ticas-adotadas-pela-cgdf.html >. |
| EQUIPE DA CONTROLADORIA-GERAL DE BH VISITOU CGDF. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2968-equipe-da-controladoria-geral-de-bh-visitou-cgdf.html > |

²⁰ MIRANDA, Rodrigo Fontenelle de A. **Implementando a gestão de riscos no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 87-88.

| MPDFT VISITOU A CONTROLADORIA-GERAL PARA CONHECER O PROJETO “GESTÃO DE RISCOS”. | < http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2983-mpdft-visitou-a-controladoria-geral-para-conhecer-o-projeto-%E2%80%9Cgest%C3%A3o-de-riscos%E2%80%9D.html >. |
|---|--|
| TÍTULO | FONTE PARA ACESSO À INFORMAÇÃO |
| DISTRITO FEDERAL E SANTA CATARINA TROCAM EXPERIÊNCIAS SOBRE CONTROLE INTERNO. | < https://sindiauditoria.org.br/2017/05/16/distrito-federal-e-santa-catarina-trocam-experiencias-sobre-controle-interno >. |
| DISTRITO FEDERAL: CONTROLADORIA-GERAL DO DF ASSINA TERMO DE COOPERAÇÃO COM O GOVERNO DE SANTA CATARINA. | < http://conaci.org.br/distrito-federal-controladoria-geral-do-df-assina-termo-de-cooperacao-com-o-governo-de-santa-catarina/ > |

Fonte: elaboração própria.

4. CONCLUSÃO

O Projeto de Implantação da Gestão de Riscos no GDF é relevante porque está em sintonia com boas práticas internacionalmente reconhecidas como a ISO 31000:2009, que visam principalmente a indução de incrementos de eficiência e eficácia (efetividade) da Gestão Pública.

A ação realizada pela CGDF apresentou resultados positivos, tais como: a capacitação de servidores públicos, a introdução de mudanças normativas, o desenvolvimento de um modelo consultivo replicável, a implantação concreta de um processo de gerenciamento de riscos em 7 órgãos e entidades do GDF, o que posiciona a experiência da CGDF como um caso concreto no tema, o que também proporciona a possibilidade de futuras pesquisas mais analíticas, nas perspectivas qualitativas e quantitativas.



Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros

ISSN: 2237-2342 (impresso)
L-ISSN: 2178-2008 (on-line)

Ano X, Vol.X, n.37, jan./mar., 2019.

Tramitação editorial:
Data de submissão: 30/01/2019.
Data de reformulação: 15/02/2019.
Data de aceite definitivo: 30/02/2019.
Data de publicação: 20/03/2019.

Editora Responsável: Me. Ana Carolina Borges de Oliveira.

A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Me. Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Antônio Lucas Marca de Carvalho²

Mateus José da Silva²

Matheus Farkas de Araújo²

Sthephany Bawer da Silva Lima Nascimento²

Yago Lins de Oliveira Alves²

RESUMO

A tecnologia na educação tem estado fortemente presente nessas últimas décadas. E já tem sido incorporada ao discurso de profissionais da educação, podendo chegar a diversos lugares. Há uma evolução da tecnologia nas instituições educacionais. Para uma evolução educacional, é preciso investimento. Atualmente temos uma carência nos instrumentos de estudo, porém existe uma ideia para quebrar esses paradigmas, de ambos os lados, ainda existe uma falta de amadurecimento dessa ideia. São incluídas aulas presenciais, a distância e livros-textos em formato PDF. Existem vários tipos de aprendizagem, e podem alcançar todos os níveis de graduações distintas. Baseamos nossa pesquisa em cinco artigos anteriores e desenvolvemos um artigo de revisão.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO. TECNOLOGIA. EVOLUÇÃO.

ABSTRACT

The technology in the attention of a scenario was serious in the last decades. And it has already been, founded to the discourse of professionals of education, being able to arrive at many places. There is technology in educational institutions. For an educational recovery it takes investment. "There is a lack in the instruments of study, because there is an idea to break paradigms, on both sides, there is still a lack of maturation of this idea. Can be useful at all levels of distinct rankings based on our research on previous articles, and we have developed a review article.

KEYWORDS: EDUCATION. TECHNOLOGY. EVOLUTION.

¹ Doutorando em Psicologia pela UCB. Mestre em Ciência Política (Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania). Licenciado em Filosofia e Letras. Habilitado em Sociologia, História, Psicologia e Ensino Religioso. Especialista em: Letras (Linguística: Revisão de Texto); Didática do Ensino Superior em EAD; Formação em EAD; Docência do Ensino Superior; Gestão do Agronegócio. Professor universitário. Escritor, autor/coautor de 61 livros. Revisor.

² Graduados (as) pela Faculdade Processus, ex-alunos do Curso de Secretariado.

INTRODUÇÃO

A tecnologia na educação tem estado fortemente presente nessas últimas décadas, vinculado no discurso educacional. E já tem sido incorporada ao discurso de profissionais da educação, sendo uma forma de aprendizagem dos estudantes. Com métodos revolucionários, a educação hoje pode chegar a diversos lugares.

Podemos afirmar que há uma evolução da tecnologia nas instituições educacionais, porém poucas têm dotado esse método para uma aprendizagem moderna. Para uma evolução educacional, é preciso investimento, para ter estrutura e inovação.

Atualmente temos uma carência nos instrumentos de estudo, entretanto temos uma ideia para quebrar paradigmas, de ambos os lados, ou seja, professores e alunos, quanto à vinculação dessa tecnologia no ensino. Nos ambientes de estudo, há uma falta de amadurecimento dessa ideia, muitos professores e alunos não possuem essa consciência ainda, por falta de interesse e acesso com as inovações atuais.

A relevância da tecnologia na educação pode alcançar todos os níveis de graduações distintas. São incluídas as aulas à distância, seja como vídeo aula ou livros-textos em PDF. Existem vários tipos de pessoas, há as que preferem aulas presenciais, outras preferem assistir por vídeo, e há, ainda, as que preferem somente ler e escrever.

Baseamos este artigo segundo as pesquisas em cinco artigos anteriores, observados e analisados. Para o desenvolvimento deste artigo de revisão, utilizamos os autores: Raquel Goulart Barreto, Carlos Eduardo Bielschowsky, Maria Clara Rezende Frota, Oto Borges, Sandra Isabel Rodrigues Magalhaes, Celina Tenreiro Vieira, Isabel Pavão Martins e Maria de Fátima Paixão.

A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO

No presente momento em que vivemos das invenções e tecnologias, muitos são as conquistas que alteraram de alguma forma a vida das pessoas, certas vezes melhorando o bem estar e a praticidade das coisas, mas deixando hábitos e algumas necessidades na vida das famílias, vida pessoa e social. Podemos enfatizar algumas melhorias da tecnologia para a melhoria da humanidade no decorrer do tempo, como os transportes com montagem de produção em massa, veículos motorizados, o avanço da comunicação e entretenimento como o rádio, cinema, televisão; o avanço da elétrica e

eletrônica assim surgindo os computadores e internet; o uso de fonte de energias renováveis e diversas, e assim dentre outras, conforme Martins e Paixão³.

Algumas pesquisas informam que a ciência e a tecnologia devem ser entendidas como um bem comum para a humanidade e seguir o propósito humanitário. Lembrando também que ter acesso a educação, desde a infância, é um direito de todos e a educação científica é muito importante para o desenvolvimento humano. Por isso, as grandes conquistas da ciência, como descobertas, invenções e inovações são contínuas e alteram na realidade social e ambiente das pessoas, sejam para o bem, ou de certa forma para o mal.

De tudo o que vimos sobre o início e a evolução da ciência e a sua finalidade, ressaltamos a importância da educação para todos os cidadãos, devendo todos garantir o dever de desfrutarem dos benefícios que são proporcionados pela ciência e tecnologia.

“O futuro da educação em ciência residirá, assim, no desenvolvimento de uma ‘literância’ científica crítica, característica indispensável de um público verdadeiramente informado”⁴.

Desta forma, nos tempos atuais o uso da tecnologia na educação não deveria ficar de fora dessa, e está cada vez mais presente no que se refere à educação básica, e já esta sendo incorporado e praticado pelos professores nas escolas de educação básica. Pois, muito tem se discutido e questionado a respeito de incorporação de tecnologia na educação, e dessas questões, algumas podemos citar, como: se o aluno poderá ter um ganho significativo de desempenho advindo dessa política, os métodos e as estratégias que devem ser propostas para que essas ações tenham um avanço real nesse processo educacional, dentre outros questionados.

Evoluções da teoria curricular para o exercício em sala de aula são simples e raras. Um dos motivos mais enfatizados pelos professores é a dificuldade do acesso à tecnologia nas escolas. Nos EUA, por exemplo, apesar do alto índice de alunos com acesso ao computador, o uso do mesmo para ensinar ciências ou matemática ainda é muito baixo.

Ao nosso modo de enxergar, das dificuldades para o uso real da tecnologia nas escolas, está diretamente ligado a dois fatores muito importante: a do professor para se formar e se adaptar ao mundo tecnológico e a do sistema educacional como um todo, ser o responsável pela incorporação e estimulador principal das condições do programa da tecnologia nas escolas.

³ MARTINS, Isabel Pavão; PAIXÃO, Maria de Fátima. Perspectivas atuais Ciência-Tecnologia-Sociedade no ensino e na investigação em educação em ciência. In: **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas**. p. 135-160, 2011. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn%3Aaaid%3Ascds%3AUS%3A7d6fa657-9416-475e-af05-4968e2ab8c22>> p.2-3.

⁴ AIKENHEAD, 2009.

Tendo como exemplo o Brasil, que temos praticamente dois sistemas de educação, o público e o privado. E ainda temos nossos ensinos básicos e superiores. Em um modo de ver, as instituições particulares têm uma capacidade financeira melhor que a pública por diversos fatores, e isso influência muito na infraestrutura seja ela da escola ou universidade. De acordo com pesquisas feitas, as escolas privadas estão à frente. Apesar de somente 47% de essas instituições terem laboratório, os educandos dessas instituições aproveitam a estrutura em sua totalidade. O valor baixo de laboratórios nessas instituições tem um motivo muito simples que é a disseminação da tecnologia em vários lugares das instituições, principalmente nas salas de aula.

Nossas escolas públicas, no entanto, tem como dever e como uma meta contribuir para vencer essa trágica exclusão da tecnologia que atinge principalmente os menos favorecidos que são os mais pobres. Permitir que pudessem ter laboratórios e estrutura tecnológica para que nossas crianças realizem atividades pedagógicas. Desde o início da vida acadêmica como nas primeiras séries até o nível superior. Além de alguns outros recursos educacionais que permitem esses alunos terem a familiarização com esse tipo de tecnologia e sua utilização cotidianamente, não apenas nas escolas, mas sim em outros lugares tal como internet comunitária, bibliotecas públicas, espaços criativos e até mesmo a criação de projetos para estimular essa tecnologia. Desse modo, garantimos nossas crianças de escola pública de condições mínimas a ampliação de suas oportunidades e redução da distância entre famílias vindas economicamente mais favorecidas e aquelas originárias de uma camada social menos favorecida.

Não é uma tarefa simples e fácil para o governo equipar todas nossas escolas públicas, por exemplo, com laboratório de informática, internet, dentre outros que compõe uma estrutura de uma escola. A instituição pública é exatamente o oposto das particulares. O acesso à tecnologia e a internet ocorre quase exclusivamente dentro dos laboratórios. Em um total de escolas públicas brasileiras, 81% delas têm laboratório de informática, mas somente 59% desses laboratórios são utilizados de fato. Outro fator também é a qualidade dessa internet que chega a essas escolas públicas. Muitas das vezes são de baixa conexão e equipamentos ultrapassados.

Podemos destacar, então, que escolas públicas são um patrimônio da sociedade, sejam elas de vários graus de diferença ou dificuldade, como as de pequeno, médio e grande porte, até a suas respectivas localizações de cidades, florestas, campos, ribeirinhos, sertões. E do outro lado da moeda que são seus educandos, de matrizes curriculares e culturais diversas, com alto patamar, de grandes centros urbanos. Conseguir ter o sentido e perceber a realidade do nosso país - que é um país continental, heterogêneo e assimétrico - não é fácil. Portanto, é imprescindível estabelecer um

programa que possa ser efetivo com seus objetivos para contribuir para a melhoria da qualidade da nossa educação.

Portanto, o Ministério da Educação, procurando melhorar esse aspecto, fez uma parceria com os governos estaduais e municipais, para promoverem a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação à famosa (TIC), em nossas escolas por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado).⁵

Essa proposta ainda não é o suficiente para proporcionar uma cultura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Nesse sentido de pensamento, podemos pensar previamente sobre a importância e o papel das TIC nas escolas, depois enfatizando os principais objetivos e estabelecendo ações e metas para a incorporação concreta da cultura tecnológica em nossas escolas. Uma pesquisa, em várias escolas públicas no Brasil, mostra que diversas escolas que são equipadas com os laboratórios têm um resultado de desempenho bem melhor com os alunos, e que os professores começam a utilizar intensamente esse benefício, pedindo para os alunos fazerem pesquisas na internet sobre temas específicos relatados em sala de aula, usando assim alguns sistemas e ferramentas, como webquest e podcast, assim fazendo com que a prática seja mais intensa e melhore o desempenho do aluno. Isso mostra que os estudantes mostram uma animação maior pelo tempo que passam no laboratório de informática, sob o olhar dos seus professores. Assim como os alunos, os professores também estão cada vez mais empolgados e tendo uma visão melhor, progressivamente perdendo o “medo” deste recurso e ficando assim cada vez mais entusiasmado com esse novo método pedagógico que oferece mais autonomia aos estudantes.

Bem como prover uma pedagogia de pesquisa e prática de projetos, disponibilizando aos alunos uma possibilidade de desenvolvimento mais autônomo, as TICs têm outra função muito importante para o sistema educacional, que é oferecer conteúdos educacionais que vão além dos livros didáticos e permitem cada vez mais uma aula dinâmica e com fácil acesso e rápido resultado das pesquisas.

A perceptibilidade que o programa deve conter para executar e atingir os objetivos que devem ser imposto é o essencial, por vários fatores. O fator que sem dúvida é o mais importante é o que já citamos, que o professor e a sua capacitação precisam estar conectados com a estratégia pedagógica do programa, que também precisa estar alinhado com a forma que vão adotar para disponibilizar os conteúdos e a infraestrutura que será disponibilizada para a escola. É muito importante, então, esboçar

⁵ BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Tecnologia da Informação e Comunicação das escolas públicas brasileiras: O Programa Proinfo Integrado. **Revista e-Curriculum**, v. 5, n. 1, pp. 1-35, 2009. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76613025018>>. P.2.

de forma a ser unificada. O Ministério da Educação (MEC), sempre teve como base e um norte para a elaboração e execução do programa algumas ações que podemos citar, e as principais são: a infraestrutura das escolas, que pode se referir a incorporação de laboratórios de informática conectados a uma rede de internet em cerca de 70 mil escolas públicas, que podem atingir a 92% dos alunos dessas instituições; podemos citar também ao programa de capacitação de professores com o uso da tecnologia da informação e comunicação na educação, que segundo pesquisas, temos no momento uma formação de cursos específicos de 360h e cursos de atualização com aperfeiçoamento de 180h; outra ação que podemos falar é sobre as ferramentas e conteúdos que esses doutrinadores poderão ter como interação e comunicação a um ambiente de tendências de mídias, como, Portais do Professor e Alunos, Canais de TV, Objeto Educacionais, dentre outros que têm como objetivo a produção de conteúdos como estes.⁶

Em algumas procuras por pesquisas sobre o papel que as tecnologias e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação matemática vêm desempenhando, e também nos bancos curriculares de diversos países, analisamos duas concepções. A primeira é a denominação que do poder que temos de desfrutar da tecnologia que está diretamente relacionada aos argumentos que essencialmente aguentam os seres a novas tecnologias e o poder das TICs em ensinar e aprender a matemática. E a segunda é também a capacidade que as TICs tendem a transformar as ferramentas e instrumentos cognitivos, professores e educandos mudar a forma de fazer matemática e também a forma de pensar matemática.

No que tange à formação de docentes, há um aspecto que parece constituir objeto de concordância que seria a possibilidade da presença das “novas tecnologias” ou até mesmo mais certo é das Tecnologias da Informação e da comunicação (TIC). Essa apresentação está cada vez mais presente no âmbito pedagógico, tão quanto nos conjuntos dos padrões linguísticos desenvolvidas nas situações concretas de ensino, quanto as que têm como objetivo atingir um nível de esclarecimento para essa mesma situação. Em uma forma mais concreta, as TICs têm sido vista como o elemento principal e importante das atuais citações sobre o ensino. Atualmente, em alguns locais, os mais diversos textos sobre educação têm, em comum, algum tipo de referência e importância das TICs na educação.

Um estudo mostra que muitos professores ainda não utilizam TIC para introduzir novos métodos de ensino nos quais os alunos são produtores ativos de seus conhecimentos. A maioria

⁶BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Tecnologia da Informação e Comunicação das escolas públicas brasileiras: O Programa Proinfo Integrado. **Revista e-Curriculum**, v. 5, n. 1, pp. 1-35, 2009. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76613025018>>. P.2-3.

ainda utiliza TIC em um contexto de métodos de ensino tradicionais, em que os alunos são mais consumidores passivos e receptores de conhecimento. Poder-se-ia fazer mais para engajar os estudantes na produção e cooperação sendo que este estudo mostra que, nessas condições, o uso de TIC apresenta um maior impacto em termos de motivação, engajamento e criatividade dos estudantes.⁷

Na prática, fica difícil de programar uma cultura TICs nos processos educacionais sem que os professores estejam completamente familiarizados e preparados com as ferramentas e a metodologia e o mais importante que é animado para exercer essa função mais atualizada com os avanços que traz o processo de ensino e aprendizagem.

Na teoria imaginamos que os doutrinadores desenvolvem um conhecimento da tecnologia sendo influenciados pelo seu fácil entendimento e pela experiência pessoal com o uso da tecnologia. Mas nem sempre esse docente pode usufruir da tecnologia com todo o poder que gostaria ou deveria, pois existem alunos que podem ter pouco acesso a essa nova teoria, e assim ficaria desigual o conhecimento que ele queira passar. E até mesmo existem professores que já são do método mais comum, os conhecidos “professores tradicionais”.

No método de ensino da matemática, por exemplo, vemos que mesmo a incorporação da tecnologia na educação matemática, existe um entendimento que ao consumir tecnologia para automatização das tarefas pode mostrar um avanço em termos educacionais, do modo que o foco de ensinar matemática pode deixar de ser operacional ou procedimental, para ter uma perspectiva mais conceitual.⁸

O docente posteriormente estará mais familiarizado com esse método de tecnologia, sendo ela em experiências pessoais, ou até sendo na forma de trabalhar e passar para o seus alunos, e consegue enxergar novas formas para impor aquelas antigas tarefas de matemática, contudo agora dando ênfase no que antes não era valorizado. O entendimento dessas mudanças é consumir tecnologia para mudar o foco dos exercícios uma vez passado.

Podemos afirmar que hoje em dia, nessa “nova era”, não temos como fugir desse novo conceito que é a tecnologia. Nas escolas e no assunto educação, não é diferente. As TICs já estão postas como elemento principal de uma nova filosofia pedagógica. Para alguns autores como

⁷ BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Tecnologia da Informação e Comunicação das escolas públicas brasileiras: O Programa Proinfo Integrado. Revista e-Curriculum, v. 5, n. 1, pp. 1-35, 2009. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76613025018>>. P.14.

⁸ FROTA, Maria Clara Rezende; BORGES, Oto. Perfis de Entendimento sobre o uso de tecnologias na educação matemática. **Educação Matemática**, n.19, 2011. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/textos/perfis.pdf>>. p.5.

Baudrillard⁹, a tecnologia já é uma forma de “assassinato do mundo real” com a liquidação de todas as referências, em jogos de simulacro e simulação.

Na verdade, a presença das TICs nas escolas tem sofrido um investimento de vários modos, que vão dos velhos padrões ou velhas tecnologias representadas, por exemplo, pelos quadros antigos de giz e materiais impressos, até o retroprojetor, computadores, trabalhos on-line, dentre outros.

O mundo do estudo já por si só é muito grande, e, junto com a tecnologia, ele aumenta mais ainda o seu campo de atuação. Poderíamos falar aqui de muitas outras matérias que se encaixariam tranquilamente na tecnologia, até porque como já falamos, a tecnologia veio para facilitar muitas coisas, como, por exemplo, já citamos também, a matemática. Podemos citar vários pontos que a tecnologia veio para ajudar na matemática, hoje em dia já temos computadores com programas atuais que fazem fórmulas, gráficos e outros mais. Mas podemos citar a própria calculadora, que já existe uma facilidade computacional introduzida seja ela da mais simples, que permite realizar algumas operações e memorizar dados, pode propor e ajudar o aluno ao problema proposto, facilitando assim os alunos no resolver de seus problemas. Muitas pesquisas realizadas permite comprovar o papel da calculadora e do computador no ensino da matemática, essas pesquisas consistem na verificação do desempenho de alunos ou professores usando determinados sistemas ou até mesmo na procura de ferramentas para estudos bem complexos e específicos como Estatísticas, Cálculo, Geometria, por exemplo, muitas das vezes focando na formação dos professores no objetivo da TICs.¹⁰

Apesar de que atribuir a tecnologia como um recurso que altera a forma de pensar e fazer matemática, podemos pensar no lado de que é uma forma de processo e ensino um estilo mais inovador, podendo também causar certa dependência do recurso tecnológico, de certo modo que a compreensão da matéria só aconteça com o mesmo.

Este fenômeno é descrito por Trough¹¹: a sofisticação do recurso, com a passagem da calculadora gráfica para simbólica pode gerar um empobrecimento e até mesmo o desaparecimento do conceito matemático.

⁹ Baudrillard, 1991 *apud* BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e Educação: Trabalho e Formação Docente. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1181-12001, 2004. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n89/22617.pdf>>. p.3.

¹⁰ VAZ, HEALY, 2003; BITTAR e CHAACHOUA, 2003; PONTE et al., 2003; MISKULIN, 2003 *apud* FROTA, Maria Clara Rezende; BORGES, Oto. Perfis de Entendimento sobre o uso de tecnologias na educação matemática. *Educação Matemática*, n.19, 2011. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/textos/perfis.pdf>>. p.5-6.

¹¹ Trough, 2003 *apud* FROTA, Maria Clara Rezende; BORGES, Oto. Perfis de Entendimento sobre o uso de tecnologias na educação matemática. **Educação Matemática**, n.19, 2011. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/textos/perfis.pdf>>. p.8.

Nessa linha de pensamento, a tecnologia pode ser ligada à educação matemática, não só como uma ferramenta material, mas como um objeto para desenvolver a sua própria matéria. Tornando-se uma forma de estudo matemática e uma forma do estudo da matemática. O primeiro passo se verifica num entendimento de colocar a tecnologia numa forma matemática, enquanto se refere à matemática. Nesse passo, reconhece-se que existe muito conhecimento matemático aliado aos objetos tecnológicos. O próprio computador e a básica calculadora, que são evoluções tecnológicas, que é o tema principal do assunto, exprimem matemática. Há muito cálculo envolvido para desenvolver uma máquina como essa, e é bom ver esses dois lados, porque um é muito importante para o outro.

Sendo assim, o esforço do ensino e do estudo deve se desvelar da matemática e incorporada a cada objeto ou processo tecnológico. Demos como exemplo o computador e a simples calculadora, mas existem outros alguns exemplos que a matemática contribuiu para a possível construção de um relógio digital, a matemática possibilitou a identificação de uma impressão digital, o funcionamento do GPS depende da matemática, ou até de um radar, no próprio celular que hoje em dia é uma das maiores criações, dentre outras mais incontáveis.

Enfim, é a forma de reconhecer a contribuição da matemática para a tecnologia e a tecnologia para nós seres humanos no nosso cotidiano. Isso implica em uma forma de ver a matemática como uma força conformativa da realidade social em que vivemos. Essa matemática não é diferente da matemática que estudamos nas salas de aula, mas especialmente trabalhada para permitir falar certas coisas e resolver certas situações.

Esse tema que nós abordamos é muito interessante e animador, pois a educação é muito importante para a sociedade. A educação é um direito fundamental que ajuda não só o desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo, por meio da educação, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural. Para um país pensar num futuro bom, precisa ter uma educação de qualidade, pois será a partir dela que o país vai se desenvolver de acordo com o tempo. Existe uma vasta área de matéria, como já abordamos a importância da matemática, e não poderia deixar de falar da Ciência, que é muito importante para o desenvolvimento de uma nação e sociedade. Atualmente com a globalização que o mundo se encontra, a importância representada pela ciência e pela tecnologia transmite qualquer análise mais primária do próprio estágio de conhecimento alcançado pela humanidade.

Nessa visão, torna-se claro que precisamos, então, garantir na medida necessária, de conhecimento em Ciência e Tecnologia e falar também sobre a ciência e tecnologia, para que possamos lidar, em vários assuntos em que se tornam relevantes para o cidadão e para a sociedade. Obtendo, assim, uma sociedade crítica e reflexiva, alinhada com as situações decorrentes dos assuntos

entre Ciência e Tecnologia e atividades sociais e econômicas e políticas tal como alguns riscos que podem ser gerados pelas aplicações técnicas científicas. Analisa-se que a conversa democrática, o participar do cidadão nas decisões sobre a tecnologia científica e a força da opinião pública, são meios fundamentais para orientar a utilização da ciência e tecnologia para o progresso da humanidade e não para sua destruição.

Nas últimas décadas, o assunto Ciência Tecnologia Sociedade (CTS) tem orientado a atenção de educadores em todo o mundo, tendo assim como objetivo de reconfigurar o ensino das Ciências com a visão de melhorar a aprendizagem dos nossos alunos, a motivá-los ao estudo dessa área tão importante, e entenderem o valor social do conhecimento tecnológico da ciência. A educação CTS vem se concretizar como o campo de conhecimento adquirindo investidores e doutrinadores de todos os níveis de conhecimento e perfil em todo o mundo.

Efetivamente, hoje em dia é amplamente protegido um ensino das Ciências com uma orientação CTS com o objetivo de ensinar sobre uma maneira que relacione a Ciência com o mundo tecnológico e social do aluno. Acerca disso, contribuir para a qualidade de vida da sociedade que não estejam condicionados ou dependentes da ciência e da tecnologia.

De fato, os estudos CTS, no que tange à educação, disponibilizam uma nova imagem da Ciência e da Tecnologia nas suas relações com a sociedade. Afirma-se que educação CTS como um contributo para um melhor entendimento da sociedade em que vivemos. Depois do programa CTS, foram recolhidos dados que os professores revelaram disposição para ampliar as práticas pedagógicas com orientação CTS. No resultado final, observaram-se exemplos de alunos selecionados após a formação, que se verificou a preocupação de explorar alguns problemas atuais de relevância social. Os professores começaram a usar com maior diversidade de atividades que abrangem os alunos ativamente na sua aprendizagem, como algumas atividades experimentais, procura por notícias, pesquisa em diversas fontes e questionamento centrado no desenvolvimento do pensamento crítico, e passou a utilizar dentro das salas de aula, trabalhos que promovem de modo intencional o pensamento crítico já uma vez construído por alguns outros autores.

Analisou-se, também, a construção de conhecimentos de orientações de CTS e o pensamento crítico. Os doutrinadores comprovam as ideias mais consentâneas com os atuais cursos para o ensino das Ciências. O CTS disponibiliza aprendizagem de interesse para os alunos, centradas em temas de relevância social que englobam a Ciência e tecnologia, envolvendo assim os alunos na procura de informações aplicáveis na resolução de problemas reais acarretam uma melhor elaboração dos alunos para resolverem os problemas que possam aparecer no dia a dia.

Ao analisarmos todo o cenário da educação e sua importância junto à tecnologia nos dias de

hoje, podemos ver e citar como isso tudo alterou até mesmo dentro das salas de aula, não só na evolução das escolas em poder disponibilizar os laboratório com todos os equipamentos, mas também como a instituição e seu professor pode mudar para melhorar e deixar mais dinâmico dentro das salas de aula. No que se refere às aulas, os professores podem se adaptar e passar para seus alunos informações de várias formas usando a tecnologia, uma delas são os computadores e seus retroprojetores, deixando um pouco de lado o quadro antigo de giz, e usando os programas que os computadores disponibilizam.

E, por outro lado, as instituições estão se preparando e disponibilizando formas de cursos on-line, exemplo disso são as faculdades, que oferecem cursos os quais são chamados hoje em dia de EAD. Esse método de ensino está muito comum nos dias de hoje. Que por sinal já existem há muitos anos, no Brasil desde os anos 20, que contava com os primeiros cursos transmitidos pelas ondas do rádio, a novidade tecnológica da época.

Nas décadas de 60 e 70, podíamos ver essa tecnologia ajudar na educação, visto que muitos brasileiros já acompanhavam os telecursos, transmitidos pela TV. Esse tipo de EAD convivia com os formatos antigos, como o material impresso e o rádio. Só na década de 90 que as universidades formalizaram seus inícios no EAD, até a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), nesta época que começou contar com uma legislação que se garante a validade dos diplomas emitidos pelos cursos.

Quem vê atualmente as pessoas aprendendo, por meio de ensino a distância em seus tablets, notebooks e até mesmo pelos seus celulares, não tem ideia do quanto este campo mudou desde o início de sua criação. No começo dessa filosofia, estavam disponíveis só os cursos profissionalizantes, hoje em dia essa modalidade está disponível em todas as plataformas de ensino, desde o ensino fundamental até a pós-graduação. O ponto que mais caracteriza esse ensino é a separação física entre aluno e professor, é o potencial de levar formação para pessoas que estão longe das universidades. Atualmente no Brasil são mais de 1800 cursos a distância. As tecnologias na internet permitem programar diferentes tipos de EAD, como, por exemplo, disciplinas a distância de cursos de graduação presenciais, cursos predominantes a distância, com encontros presenciais obrigatórios e também semanais. A tendência que seja cada vez mais híbrido esse tipo de experiência.

A atuação da Secretaria de Educação a Distância tem como objetivo uma existência de um sistema tecnológico cada vez mais em conta para os alunos, e também cada vez mais acessível e fácil manuseio, possibilitando assim as escolas um grande potencial didático, aumentando oportunidades onde os meios são poucos, acompanhar os cidadãos com a tecnologia que está cada vez mais envolvido na vida do cidadão, proporcionar respostas para pessoas que exigem diversidade maior de

tipos de educação, informação e preparação, dentre outros. Inserir as várias tecnologias da informação e da comunicação no desenvolvimento dos cursos de formação de professores, dispendo para a finalidade mais valorizada da educação escolar, que é a gestão e a definição de referências éticas, científica e estéticas para mudança e negociação de sentido, que se realiza especialmente influência e no trabalho escolar. Gerir e referenciar o sentido serão o mais importante e o doutrinador necessitara de aprender a fazê-lo em ambientes reais e virtuais, no caso do EAD.¹²

No que se refere à TIC, a falta de investimentos e um orçamento muito baixo sequer garantem o direito de acesso. Enquanto que na educação a distância, entre simplificações como a mera adaptação de aulas para os novos suportes, o acesso a TIC fica restrito a condições de usuário ou consumidores, até pouco está podendo ser perdida ao final do processo, e, face das condições materiais de existência da remuneração que percebem quando estiverem formados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo abordamos a evolução da tecnologia na educação. É notável que a educação sofreu muita mudança com o passar do tempo, sendo consolidada pela tecnologia. O meio tecnológico atingiu todas as áreas de conhecimento, assim como também alcançou a educação.

A problemática deste artigo foi analisar se existia, de fato, essa evolução tecnológica no meio educacional. O resultado obtido foi que podemos constatar que houve sim uma evolução, contudo, na modernidade poucos têm aproveitado desse método para a aprendizagem. Visto que é necessário investir para que haja uma melhor estruturação e inovação. E apesar dos benefícios, poucos estão querendo arriscar.

Dessa forma, é de suma relevância a prática desses recursos na sala de aula, uma vez que eles irão auxiliar para que os estudantes se interessem pelos conteúdos, contribuindo para a compreensão sobre os assuntos das disciplinas, auxiliando para o processo de aprendizagem, que irá promover uma sala de aula mais dinâmica, contribuindo para mudanças pedagógicas.

Além de aperfeiçoar e modernizar, a cada ano são aprimorados novos meios de comunicação, que buscam primeiramente melhorar os relacionamentos no âmbito da educação, seja o dos docentes com coordenadores, seja dos docentes com os pais dos alunos.

¹² André, 2004, p.25 *apud* BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e Educação: Trabalho e Formação Docente. In: Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1181-12001, 2004. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n89/22617.pdf>>. p.7,12.

Dos aspectos que centramos, a importância das trocas de experiência e aprimoramento contínuo para que a estruturação do saber científico se aprimore entre educandos e educadores, uma vez que transmitir conhecimentos requer força de vontade, desempenho e inventividade, é indispensável à renovação a cada dia a nossa prática educacional, auxiliando para que o educasse ao lado positivo e o negativo do uso da tecnologia, levando em conta que, o propósito da escola é a aprendizagem.

Referências

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e Educação: Trabalho e Formação Docente. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1181-12001, 2004. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n89/22617.pdf>

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Tecnologia da Informação e Comunicação das escolas públicas brasileiras: O Programa Proinfo Integrado. **Revista e-Curriculum**, v. 5, n. 1, pp. 1-35, 2009. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76613025018>>

FROTA, Maria Clara Rezende; BORGES, Oto. Perfis de Entendimento sobre o uso de tecnologias na educação matemática. **Educação Matemática**, n.19, 2011. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/textos/perfis.pdf>>

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 8.ed. Brasília: JRG, 2019.

MAGALHAES, Sandra Isabel Rodrigues; TENREIRO-VIEIRA, Celina. Educação em Ciências para uma articulação Ciência, Tecnologia, Sociedade e Pensamento crítico: Um programa de formação de professores. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 19, n. 2, p. 85-110, 2006. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872006000200005&lng=pt&nrm=iso>

MARTINS, Isabel Pavão; PAIXÃO, Maria de Fátima. Perspectivas atuais Ciência-Tecnologia-Sociedade no ensino e na investigação em educação em ciência. In: **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas**. p. 135-160, 2011. Acesso em: 02 out. 2018. Disponível em: <<https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn%3Aaaid%3Aascds%3AUS%3A7d6fa657-9416-475e-af05-4968e2ab8c22>.>



Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros

ISSN: 2237-2342 (impresso)
L-ISSN: 2178-2008 (on-line)

Ano X, Vol.X, n.37, jan./mar., 2019.

Tramitação editorial:
Data de submissão: 30/01/2019.
Data de reformulação: 15/02/2019.
Data de aceite definitivo: 30/02/2019.
Data de publicação: 20/03/2019.

Editora Responsável: Me. Ana Carolina Borges de Oliveira.

COMPARTIMENTAÇÃO MORFOCLIMÁTICA DE BRASÍLIA: O DIREITO DO USO CONSCIENTE DOS RECURSOS NATURAIS

Daniarly da Costa¹

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo demonstrar uma compartimentação morfoclimática de Brasília, no qual identificaremos os recursos hídricos e a vegetação, dentro da ciência geográfica que é considerada um dos sistemas, mas bem devidos já que leva em consideração vários elementos, sendo necessário um conhecimento grande para englobar todas as áreas. Esta compartimentação leva em consideração os elementos do relevo, clima e vegetação, bem como a interferência antrópica atual dentro destes ecossistemas. Outro fato que iremos abordar neste artigo é a Estratégia de Campo, a importância da prática do campo, ressaltando a importância de os alunos fazerem campo no ensino médio. Outro aspecto abordado foi a utilização da cartografia neste artigo, no qual o mapa consta a rede hidrográfica de Brasília, neste mapa foi realizado a hierarquização dos canais, após isso foi feita uma compartimentação do relevo levando em consideração aspectos geológicos, geomorfológicos, climáticos, biogeográficos e antrópicos.

Palavras-chave: GEOGRAFIA. GEOMORFOLOGIA. DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS. CARTOGRAFIA.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Anhanguera. Membro dos grupos de pesquisa da Faculdade Processus: Português Jurídico; Língua Portuguesa e Carreiras Públicas; Direito e Políticas Públicas. Coautor do artigo Os impactos ambientais e suas degradações, pela Revista Agro em Questão: Revista de iniciação científica da Faculdade CNA, vinculada ao ministério da agricultura; Coautor dos livros Ética geral e profissional: ensaios e reflexões (editora Processus); Enfermagem e Mercado de Trabalho: tópicos de atuação profissional (editora Sena Aires); Questões comentadas de Língua Portuguesa em Concursos Públicos (editora Processus). Coautor do artigo Perspectivas de uma educação ideal em um colégio real: a importância da contextualização no ensino da Matemática, pela Revista Processus. Membro do conselho editorial da Revista JRG de Estudos Acadêmicos. cursou extensão universitária na Faculdade Processus em Português Jurídico; Redação Oficial; Ortografia Oficial e Novo Acordo Ortográfico; Língua Portuguesa: análise sintática da oração e do período; Vírgula e outros sinais de pontuação.

Abstract

This article has as main objective to demonstrate a morphoclimatic compartmentalization of Brasília, in which we will identify the water resources and the vegetation, within the geographic science that is considered one of the systems, but well due since it takes into account several elements, being necessary a great knowledge to encompass all areas. This compartmentalization takes into account the elements of relief, climate and vegetation, as well as current anthropogenic interference within these ecosystems. Another fact that we will address in this article is the Field Strategy, the importance of the practice of the field, emphasizing the importance of the students to make field in high school. Another aspect addressed was the use of cartography in this article, in which the map is the hydrographic network of Brasília, in this map was performed the hierarchy of the channels, after that a compartmentalization of the relief was done taking into account geological, geomorphological, climatic, biogeographic aspects and anthropogenic.

Keywords: Geography. Geomorphology. Morphoclimatic domains. Cartography.

Introdução

Este artigo tem como principal objetivo demonstrar uma compartimentação morfoclimática de Brasília, no qual identificaremos os recursos hídricos e a vegetação, dentro da ciência geográfica que é considerada um dos sistemas, mas bem devidos já que leva em consideração vários elementos, sendo necessário um conhecimento grande para englobar todas as áreas.

Os domínios morfoclimáticos serão nosso principal tema neste artigo, no qual levantaremos os aspectos bibliográficos acerca da classificação dos domínios que foi estabelecido por Aziz Ab`Saber, explicando como funciona a teoria, quais são as divisões, explicando cada uma das divisões e porque estão assim definidas, o renomado Geógrafo Aziz Nacib Ab`Saber que propôs como uma forma de compartimentar o relevo brasileiro. Esta compartimentação leva em consideração os elementos do relevo, clima e vegetação, bem como a interferência antrópica atual dentro destes ecossistemas.

Outro fato que iremos abordar neste artigo é a Estratégia de Campo, onde iremos trabalhar a importância da prática do campo, ressaltando a importância de os alunos fazerem campo no ensino médio, ressaltando também e explicando os principais elementos que foram observados pelos alunos no campo, o que foi levado, o que foi anotado, a postura do discente em campo e todos os elementos associados a ele. Outro aspecto abordado foi a utilização da cartografia neste artigo, no qual o mapa consta a rede hidrográfica de Brasília, neste mapa foi realizado a hierarquização dos canais, após isso foi feito uma compartimentação do relevo levando em consideração aspectos geológicos, geomorfológicos, climáticos, biogeográficos e antrópicos.

Classificação dos domínios morfoclimáticos

Os domínios morfoclimáticos têm como o principal objetivo a diversidade paisagística de tal território, no qual representa uma combinação de conjuntos de elementos da natureza, que são estabelecidos por uma associação e interação como: relevo, tipos de solo, clima, as formas de vegetação e hidrologia. A identificação das variações climáticas é através das características dos Domínios no que tange entender as variações dos climas.

Ainda sobre os domínios morfoclimáticos, eles são denominados em seis tipos. São eles o Domínio Amazônico, Domínio das Caatingas, Domínio dos Mares de Morros, Domínio das Araucárias, Domínios das Pradarias. Existem inúmeras zonas de transição nas seis principais áreas acima, contendo dois ou mais elementos típicos especificados entre eles.

A compreensão da combinação ou síntese dos diferentes elementos naturais numa determinada porção territorial compreende os domínios da geologia.

Os **domínios morfoclimáticos** dizem respeito a uma classificação do meio ambiente brasileiro elaborada pelo geógrafo Aziz Ab'Saber em 1970. Essa classificação utiliza como critério para dividir o espaço natural do país as características do relevo, clima, solo, vegetação e ocupação humana.²

Domínio Amazônico

É considerado a maior área de clima morfológico do Brasil, no qual representa em média de 40% do território brasileiro, abrangendo cidades como: Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Maranhão e etc... Uma cidade muito conhecida como Tocantins e considerada a maior parte que contém o domínio amazônico. Com base nesses dados levantamos os dados no qual nos informa que a baixo nível de terras e com o clima floresta equatorial no que abrange os Domínio Amazônico.

Situado na região norte do Brasil, o domínio amazônico é predominado pelo processo de sedimentação em sua maior parte, de suma representação o relevo e o repouso relativamente baixo, que consiste em platôs, covinhas e algumas planícies aluviais. A rede de drenagem nesta área é muito abundante no qual abrange uma área que contém toda a Bacia do rio Amazonas, que é representada a cerca de 20% dos fluxos de água do mundo. O seu potencial hidrelétrico é para o rio Amazonas

² OLIMPIA, Thamires. *Domínios morfoclimáticos*. Acesso em 24 fev. 2018. Disponível em <<http://escolakids.uol.com.br/dominios-morfoclimaticos.htm>>.

onde uma área tributária (um rio que atravessa o rio principal) está localizada na planície e dificilmente existe no rio principal localizado na planície.

O Domínio Amazônico, ou simplesmente Amazônia, é formado, em sua maior extensão, por terras baixas. Apenas em suas bordas, especialmente ao norte, na região serrana do planalto das Guianas, é que a floresta ganha maiores altitudes, mas essas áreas montanhosas florestadas constituem exceções, pois a regra nesse domínio são os baixos planaltos, as depressões e algumas planícies aluviais. A floresta Amazônica, ou latifoliada equatorial, é o elemento marcante dessa paisagem.³

A vegetação florestal é muito densa e consiste em árvores pequenas, médias e grandes que podem atingir altitudes superiores a 60 metros. O clima é caracterizado por climas equatoriais, onde dominam altas temperaturas, com pequenas amplitudes térmicas, umidade suficiente e abundante chuvas ao longo do ano.

Domínio do Cerrado

Domínio do Cerrado é uma área de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, é o segundo maior território do Brasil.

Os aspectos mais predominantes são os chapadões que se localizam no centro do território do Brasil, com a vegetação do cerrado. Uma vez que esta área natural está localizada no interior do país, os principais tipos de clima são típicos dos trópicos tropicais ou continentais, com a alternância entre as estações seca e quente e úmida

Está localizado no planalto central da região ondulada do planalto do país, existem vários planaltos e chapadões. O clima semiúmido tropical (duas estações) principalmente composto de terras altas, terras sedimentares como processos de erosão bastante abrasivos (meteorização), formação de planaltos e chapadões solos altamente lixiviados (lavados, desmineralizados).

Domínio dos Mares de Morro

O domínio dos Mares de Morro é considerado por propagar-se no interior da região Sudeste e do Nordeste no qual está localizado na região costeira do país. O Domínio dos Mares de Morro contém uma alta inclinação que nesta área é representada por um aspecto ondulado entre altitudes

³ GEOGRAFIA DO BRASIL In: **Mundo Geografia**. Acesso em: 24 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.mundoedu.com.br/uploads/pdf/53e38fda84bc2.pdf>>.

relativamente altas. Esta área é a primeira colonizada devido a região ter a maior densidade populacional no país.

A vegetação florestal origina-se de uma floresta atlântica, que estava virtualmente devastada pela ocupação humana. Os solos nesta área são susceptíveis à erosão devido à grande inclinação do terreno. O clima característico é o Oceano Atlântico tropical, é muito úmido, com muita chuva distribuída ao longo do ano, a temperatura média muda entre 20 e 24° C.

Domínio das Caatingas

Os Domínios das Caatingas são conhecido por abranger uma área de 1,1 milhão de quilômetros quadrado, no qual é localizado no torno do estado do Brasil, no que se condiz o domínio é uma pequena extensão na parte nordeste e sudeste do Brasil, as cidades onde se encontra a maior parte da caatinga são: Paraíba, Rio Grande Norte, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, parte do estado de Minas Gerais, essas são as localidades com maior número predominante desse domínio, no qual recebe o nome de Caatinga devido a existência de pequenas árvores, raízes profundas e feno (adaptado a baixa umidade) etc.

O **Domínio Morfoclimático da Caatinga**, ou seja, os aspectos gerais envolvendo clima, solo, fauna, flora e vegetação, é marcado pela presença do semiárido e pelas formas de relevo organizadas em depressões, por se tratar de uma área geologicamente antiga.⁴

Esta vegetação só pode ser vista no Brasil, mas o clima principal é semiárido com alta temperatura e chuva regular sempre presente nessas áreas com a vegetação é feita de arbustos. O solo é superficial, rico em minerais e argilas, geralmente contendo altas concentrações de sais inorgânicos (solução salina fisiológica). Em geral, essa região está localizada na região do espaço colunar e apresenta um alívio que consiste em uma depressão e algumas terras altas.

Estratégias de campo

As aulas de campo são de grande importância para os alunos do ensino médio, para que eles possam ver e sentir a necessidade de conhecer melhor seu lugar e recursos inerentes à sua sobrevivência, essa prática contribuiu para o fortalecimento da geografia e o desenvolvimento da

⁴ MUNDO EDUCAÇÃO. In: **Mundo educação**. Acesso em: 14 de fev. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/caatinga.htm>>.

pesquisa, uma vez que observações e descrições foram pontos fundamentais para a melhoria dessa ciência. Os professores são uma ferramenta essencial para a melhor educação e o melhor aprendizado, os geógrafos são educadores que mostram a realidade para os alunos do nosso planeta e mostram o quanto a geografia deve enfatizar a vida cotidiana.

E sobre as aulas de campo elas fornece uma base para que os alunos consigam visualizar não só as belíssimas paisagens do nosso planeta, mas também as atitudes erras que nos humanos tomamos quase todos os dias, como: jogar lixo em rios e mares, o crescimento de poluição e etc.

Os alunos nas aulas de campo praticam observações com base nos conceitos aprendidos, como a observação de erosão, exportação de cultura, densidade populacional, etc. Além de usar algumas tecnologias para melhor observar na natureza, cidades, campos, até nos oceanos são os instrumentos para pesquisa. No entanto, entre outras coisas, os alunos precisam realizar análises integradas, esclarecer e correlacionar os fatos observados no local de trabalho.

[...] Esses trabalhos contemplam visitas planejadas a ambientes naturais, a áreas de preservação ou conservação, áreas de produção primária (plantações) e indústrias, segundo os diferentes planos de ensino do professor [...] Além de unidades de conservação, deve-se considerar a riqueza do trabalho de campo em áreas próximas, como o próprio pátio da escola, a praça que muitas vezes está a poucas quadras da escola, as ruas da cidade, os quintais das casas, os terrenos baldios e outros espaços do ambiente urbano, como a zona comercial ou industrial da cidade.⁵

Dada essa abordagem, os professores de geografia têm uma missão importante para tornar os alunos mais sensíveis à participação social do mundo. Antes que a geografia seja considerada como um campo acadêmico que é decorado e descrito, hoje precisamos avançar para entender vários fenômenos como a sociedade, a natureza, a cultura etc. Os professores têm uma função muito delicada com as aulas de campo, eles tendem de fazer com que os alunos tenham a necessidade entender como analisar, compreender e contextualizar o conteúdo.

Esta mudança afirma ainda que o professor precisa procurar outras formas de inovação e aperfeiçoar as habilidades de seus alunos. Também é importante para os professores enfatizar os alunos para melhor aprendizado de campo, tanto nas observações e nas coletas de informações contendo os objetivos principais da viagem de campo a serem alcançadas. Essas aulas ajudam no desenvolvimento dos alunos para um melhor aprendizado da geografia, no qual explicação desses eventos mostram uma transição da geografia tradicional, uma importante capacidade de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo. Com isso concluímos que as aulas de campo, é uma ferramenta

⁵ BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ciências Naturais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, p.126.

essencial para a educação, usada principalmente na geográfica, no qual os alunos promovem um melhor conceito de espaço, fortalecem a construção do conhecimento e desenvolvem a cidadania. Nesse sentido, despertamos as interações e o diálogo dos alunos com os professores, comentamos críticas e opiniões sobre temas que tratam de aulas teóricas e de campo:

[...] a atividade de retorno à sala de aula completa aquilo que no campo escapou, ficou subentendido ou mal-entendido. Ela ultrapassa o momento de reunião das entrevistas, fotografias e a narração das melhores vivências.⁶

Aulas de campo promovem aos alunos a terem interesse em serem pesquisadores estudantis, abrangendo o conhecimento da contextualização entre conteúdo no local e com as aulas práticas diretamente ligadas à relevância social da ciência.

Preparações para saída para aulas de campo

Toda preparação para aula de campo, exige o tempo de planejamento, no qual os professores informa os pais de cada aluno e a diretoria da escola, para no qual todos aceitem que seu filho saia da escola naquele dia. As principais preparações para as aulas de campo são a segurança de cada aluno, para melhor protege-los todos tem que levar protetor solar, repelente para mosquitos, caderno para anotas as informações obtidas naquela aula, levar chapéus e bonés para se proteger do raios solares e todos colocarem calçados fechados.

Como as aulas de campo é uma visita mais ampla, o docente precisa definir antecipadamente o que deve ser observado pelo aluno. Além do espaço para a coleta de dados, as anotações de campo exigem materiais didáticos que ajudem os alunos a entender o que estão observando, como mapas de sites, fotos antigas e relatórios. Toda preparação também exige que todo aluno não sai de perto seu professor, não fique isolado em determinados lugares, e que todos concordem sobre todas exigências da diretoria da escola.

Outros fatores na preparação das aulas de campo são as propostas interdisciplinares. Para iniciar esta atividade, é fundamental que o professor e os alunos envolvidos estejam conectados para estabelecer um tema criativo antes do conteúdo da sala de aula e dos conteúdos serem estudados na

⁶ OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. Travessias da aula em campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p 195-209, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso: em 14 abril 2010. P.201.

sala. Uma vez que os sujeitos devem estar relacionados à vida dos alunos, eles os motivarão a pensar sobre seu papel na sociedade.

O que deve ser levado para as aulas de campo

As aulas de campo têm algumas exigências em relação no que deve ser levado pelo aluno e pelo professor, como será feito uma análise e observação de todo o ambiente, as informações a se coletar e analisar tem diversos aspectos (cultural, social, ambiental e econômico) de um ambiente específico. Ao referirem-se sobre a relação professor/aluno, favorável ao desenvolvimento das atividades praticas de aulas de campo, Matheus complementa:

[...] A atividade de campo passa a ser um momento de construir e de compartilhar o novo com o aluno e de aproximar o conhecimento teórico, lógico, ao experimentado, ao empírico. Ela também dá sentido e prazer ao fazer pedagógico, a que se propõe o educador.⁷

O desafio é entender como eles se relacionam entre si. O aluno terá que levar um caderno para o campo, no qual ele irá utilizar para fazer as anotações, também deverá conter um material didático que ajude o aluno a entender o que está observando, como mapas do local, fotografias antigas e reportagens.

O que deve ser anotado

Cada aluno irá anotar sobre a paisagem geográfica daquele determinado lugar, e depois irá compara-lo com seu lugar de vivencia, certificando-se então que aquele lugar, no qual ele reside, foi completamente reestruturado pelo homem, fazendo-lhe um lugar habitável para os humanos. O trabalho de campo na geografia determina uma grande importância na vida de todos nós. Isto porque a prática de campo apresenta infinitas possibilidades de pesquisa e investigação, pois os aspectos físicos e humanos estão na geografia sujeita a pesquisa incidental. Este momento leva ao pensamento, compreensão da realidade, compreensão do processo, identificação de problemas, resolução da elucidação, isso faz com que os alunos criem uma habilidade cognitiva e complexa, ou seja, o desenvolvimento intelectual.

⁷ MATHEUS, Elizabeth Helena Coimbra. O que há por trás de uma panela? Uma atividade de campo como trajetória a um olhar geográfico. *In*: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia**: praticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed. 2007, p.143.

A postura do discente em campo e todos os elementos associados a ele

Os alunos recebem umas orientações sobre o comportamento e o roteiro da viagem, que tem que ser seguido rigorosamente no qual consta que todo o fundamento dos conteúdos e expostos em sala de aula. Os alunos que não cumprem as regras recebem uma advertência, no qual ele não poderá mais participar das aulas de campo oferecidas pelos professores. Nenhum aluno (a) pode se distanciar do grupo onde ele se encontra, a postura do discente tem que ser eficaz, onde ele poderá tirar todas as duvidas com seu professor, ter uma noção melhor de como funciona o aprendizado da geografia em campo, para poder aprender e se informar mais sobre a geografia.

Mapa no qual consta a rede hidrográfica de Brasília

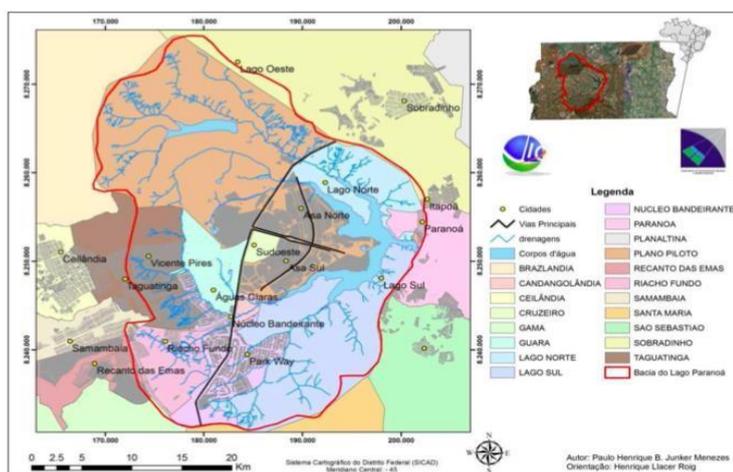
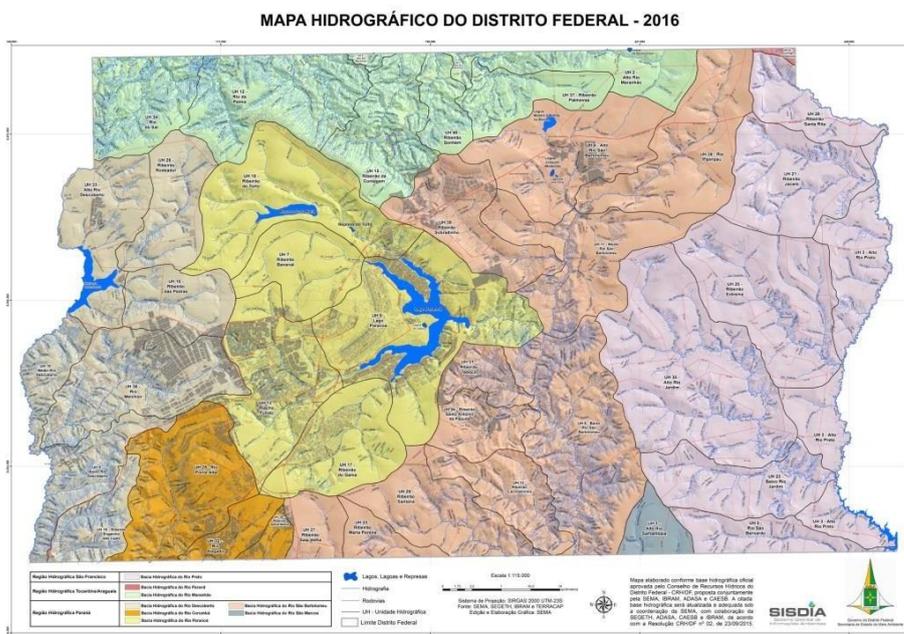


Figura 1 - Localização da bacia hidrográfica do Lago Paranoá. Fonte: Menezes, 2010.

Compartimentação Geomorfológica da Bacia Hidrográfica do Rio Buriti Vermelho, Distrito Federal, DF

Para melhor entender o manejo da área estudada na qual está localizada no sudeste do Distrito Federal, técnicas de processamento geográfico e trabalho de campo foram utilizados para caracterizar a seção topográfica que se encontra na nesta região que representa a Bacia do Rio Buriti Vermelho, para a realização desses estudos as seguintes unidades topográficas foram separadas: Rampas de Colúvio Curso Superior (52 %); Rampas de Colúvio Curso Médio (31 %); Rampas de Colúvio Curso Inferior (6 %); Topos Convexos (5 %); Zona de Nascente (2 %); Planície Aluvionar (1 %); Vale Curso Inferior (1 %); Vale Curso Médio (1 %); e Vale Curso Médio Superior (1 %).

Atualmente o estado do Distrito Federal se encontrasse com duas principais bacias hidrográficas, no qual compõe o abastecimento de todo do DF e entorno, Brasília devido ser um clima seco e com poucas chuvas, tem vários problemas com a falta água. Atualmente Brasília e as regiões administrativas, estão em processo de racionamento, para economizar água para o período de seca, vou citar cada uma delas.

Clima

O Distrito Federal está localizado em uma área com a clima característico de um país tropical, porém contém poucas chuvas o ano todo, e acaba sendo um clima seco, no qual respectivamente sua altitude é em média de 1.100 m. A respeito ainda sobre o Distrito Federal no qual se diz ser caracterizado pelo “Cerrado” devido sua maior parte ser predominada por domínio do Cerrado, que penetra em um parque florestal desenvolvido em uma região dominada por um clima seco, mas que mesmo assim, arvores do bioma cerrado sobrevive todas as estações do ano, fazendo de Brasília um lugar lindo e arborizado. Existem duas estações distintas (REATTO et al., 2003). A temperatura média é de 21 ° C e a precipitação média oscila entre 1.200 e 1.750 mm, a estação chuvosa vai de outubro a abril, a estação seca vai de maio a setembro

Geologia

Como o Distrito Federal é localizado na parte central do Brasil, possui muitas formas diferentes do restante do planeta, com o cerrado predominado, acaba gerando uma estrutura de uma rocha metassedimentares dobradas. Essas rochas pertencem aos grupos Paranoá, Canastra, Araxá e Bambuí, representando 65%, 15%, 5% e 15%, respectivamente, da área total do DF. Esses grupos é considerado Proterozo, consiste em uma sequência pericica essencial e metargilitos e metassiltos argilosos, os quais mudam de cor entre os tons roxo e vermelho, amarelo e rosado. Há também um arco e uma pedra de silte verde, rosada ou marrom.

Geomorfologia

O Distrito Federal está localizado em uma das partes mais altas do planalto no qual é atribuído o antigo ciclo de erosão desenvolvido respectivamente, durante o terceiro meio termo quaternário que corresponde ao resto da plantação. As características geomorfológicas do Distrito Federal constituem com paisagens no que representa os domínios morfoclimático do Cerrado, no qual resultam de uma prolongada interação de regime climático tropical semiúmido com fatores litológicos, edáficos e bióticos. A área do rio Buriti Vermelho está localizada na área anatômica média no que se diz respeito a paisagem ocupada de 31% do DF que o corresponde à fraca anatomia submersa por pequenos riachos, modelada em ardósia, filito e quartzito (Depressão Paranoá).

Vegetação

O Cerrado é uma das maiores comunidades biológicas do Brasil, mais precisamente também é a segunda comunidade biológica. Ocupa 24% do território brasileiro e contribui para a formação de vários tecidos fisiológicos de plantas. A vegetação do Cerrado é dividida em florestas, savana, prados e oferece 11 tipos principais de paisagens que podem atingir 25 subtipos de plantas. No Distrito Federal há o Cerrado como vegetação típica, essa área costuma ter esse tipo de vegetação. Buriti Vermelho Na área onde o riacho está localizado, foi modificado pelo comportamento da humanidade. O desmatamento está sendo realizado em áreas de pesquisa nesta área, mas alguns tipos de cerrado nativo e Galeria Mata foram descobertos perto do local, bancos e bacias hidrográficas.

Bacia de Paranoá é a única bacia localizadas unitariamente no território do Distrito Federal. Trata-se de uma bacia, localizada na parte central do Distrito Federal, com área aproximada de 1.034,07 km², correspondendo a aproximadamente 18% da área. Tem uma forma geral de uma cratera plana cercada por um planalto irregular, no qual o Vale do Paranoá é a única abertura. O lago

se encosta de leste a sul (E-SE) no qual foi construído. O rio corre ao redor das colinas norte ao sul, formando então o Paranoá. Apesar do fato de que as duas estações de tratamento de esgoto do norte e do sul da ETE tenham declinado drasticamente parte da qualidade da água do lago devido à estreita relação entre o esgoto e a drenagem de águas pluviais.

Bacia Descoberto está localizada na parte oeste do Distrito Federal e recalcula Taguatinga, Ceilândia, Brasilândia, parte de Samambaia e Emacs e Gama. É responsável por drenar a área de cerca de 791,9 km² na área federal. A bacia hidrográfica ocupa cerca de 20% da área ocupada pelo núcleo urbano, a formação do país é de 48%, a formação florestal é de 19% e a área de água ocupa 3% [1] [2] [3]. O lago descoberto nesta mesma bacia hidrográfica é considerada com a maior capacidade de reservatório público de água, para mais de 1 milhão de pessoas. Nas áreas rurais, o monitoramento e o manejo do uso de pesticidas e a racionalização do processo de irrigação são necessários para garantir a conservação da qualidade da água e a preservação da qualidade da água. Abastecimento público de água.

Considerações Finais

Os domínios morfoclimáticos apresentados neste artigo foram o nosso principal tema, no qual levantamos as ideias sobre os aspectos bibliográficos acerca da classificação dos domínios, que foi estabelecido por Aziz Ab`Saber, explicamos como funcionou a teoria, quais foram as divisões, explicamos também cada uma das divisões e porque foram assim definidas.

Levantamos informações sobre compartimentação que nos leva à consideração dos elementos e dos relevos, climas e vegetações, bem como a interferência antrópica atual dentro destes ecossistemas.

Outro fato que abordamos neste artigo foi a Estratégia de Campo, no qual realizamos os trabalhos e a importância da prática do campo, ressaltamos a importância de os alunos fazerem campo no ensino médio, mostramos também os principais elementos que foram observados pelos alunos no campo, o que foi levado, o que foi anotado, a postura do discente em campo e todos os elementos associados a ele.

Este artigo demonstrou a compartimentação morfoclimática de Brasília, no qual foram identificados os recursos hídricos e a vegetação, dentro da ciência geográfica que é considerada um dos sistemas, mas bem devidos já que leva em consideração vários elementos, sendo necessário um conhecimento grande para englobar todas as áreas.

Outro aspecto abordado foi a utilização da cartografia neste artigo, no qual o mapa consta a rede hidrográfica de Brasília, neste mapa foi realizado a hierarquização dos canais, após isso foi feita uma compartimentação do relevo levando em consideração aspectos geológicos, geomorfológicos, climáticos, biogeográficos e antrópicos.

Constitui de grande relevância entender os recursos naturais, bem como – e sobretudo – sua finitude, como estímulo ao direito ao uso consciente de tais recursos naturais. Cabe ao Direito zelar pela preservação dos recursos naturais, ofertando o direito ao seu uso aos cidadãos.

Referências

OLIMPIA, Thamires. **Domínios morfoclimáticos**. Acesso em: 24 fev. 2018. Disponível em: <<http://escolakids.uol.com.br/dominios-morfoclimaticos.htm>>

GEOGRAFIA DO BRASIL. In: **Mundo Geografia**. Acesso em: 24 fev.2018. Disponível em: <<https://www.mundoedu.com.br/uploads/pdf/53e38fda84bc2.pdf>>

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 7.ed. Brasília: JRG, 2015.

MUNDO EDUCAÇÃO. In: **Mundo educação**. Acesso em: 14 de fev. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/caatinga.htm>>.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MATHEUS, Elizabeth Helena Coimbra. O que há por trás de uma panela? Uma atividade de campo como trajetória a um olhar geográfico. In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia: praticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed. 2007.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. Travessias da aula em campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p 195-209, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso: em 14 abril 2010.



Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros

ISSN: 2237-2342 (impresso)
L-ISSN: 2178-2008 (on-line)

Ano X, Vol.X, n.37, jan./mar., 2019.

Tramitação editorial:
Data de submissão: 30/01/2019.
Data de reformulação: 15/02/2019.
Data de aceite definitivo: 30/02/2019.
Data de publicação: 20/03/2019.

Editora Responsável: Me. Ana Carolina Borges de Oliveira.

ANÁLISE DE QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS CONCURSOS PÚBLICOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) E DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM) PARA OS CARGOS DE TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA E ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA.¹

Me. Jonas Rodrigo Gonçalves²

Gildenildo Rodrigues do Nascimento de Santana³

Resumo

O presente artigo busca a análise de questões de língua portuguesa do concurso público do STJ e do STM para os cargos de técnico e analista judiciário. Não é possível se ter um cargo público sem dominar bem o vernáculo, daí a grande importância de se estudar língua portuguesa para concursos públicos. Por essa razão, serão analisadas as questões de língua portuguesa em dois diferentes níveis de escolaridade, o médio e o superior, buscando entender o critério de dificuldade das questões nas provas, bem como analisar a importância do estudo da língua portuguesa para concursos públicos em geral. A pesquisa utilizada é teórica. Em conclusão, pode ser observado que o nível de dificuldade aumenta quando o cargo a ser ocupado é de nível mais alto, por ser de maior complexidade.

Palavras-chave: QUESTÕES. LÍNGUA PORTUGUESA. CONCURSO. CARGO PÚBLICO.

¹ Artigo oriundo de pesquisas no grupo de Iniciação Científica da Faculdade Processus em Língua Portuguesa e Carreiras Públicas, sob a orientação do professor *MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves*.

² Doutorando em Psicologia pela UCB. Mestre em Ciência Política (Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania). Licenciado em Filosofia e Letras. Habilitado em Sociologia, História, Psicologia e Ensino Religioso. Especialista em: Letras (Linguística: Revisão de Texto); Didática do Ensino Superior em EAD; Formação em EAD; Docência do Ensino Superior; Gestão do Agronegócio. Professor universitário. Escritor, autor/coautor de 61 livros. Revisor.

³ Graduando(a) em *Direito* pela Faculdade Processus (Brasília/DF). Autor(a) do artigo “Análise de questões de língua portuguesa dos concursos públicos do Superior Tribunal de Justiça – STJ e do Superior Tribunal Militar - STM para os cargos de técnico judiciário – área administrativa e analista judiciário – área judiciária”. Participante do grupo de pesquisa *Direito e Políticas Públicas*, da Faculdade Processus, sob coordenação do professor *MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves*. Palestrante no Seminário de Pesquisa da Faculdade Processus em 2018.

Abstract

This article seeks the analysis of Portuguese language questions of the public contest of the STJ and the STM for the positions of technician and judicial analyst. It is not possible to have a public office without mastering the vernacular well, hence the great importance of studying Portuguese for public examinations. For this reason, the Portuguese language questions will be analyzed in two different levels of schooling, the middle and the upper level, trying to understand the criterion of difficulty of the questions in the tests, as well as to analyze the importance of studying the Portuguese language for public tenders in general. The research used is theoretical. In conclusion, it can be observed that the level of difficulty increases when the position to be occupied is of a higher level, because it is more complex.

Keywords: QUESTIONS. PORTUGUESE LANGUAGE. CONTEST. PUBLIC POSITION.

Introdução

Atualmente um cargo público é um objetivo de grande parte da população, sobretudo da classe universitária do Brasil. A principal razão disso é que ser servidor público significa ter estabilidade financeira para toda a vida, com salários que geralmente ultrapassam àqueles pagos pela iniciativa privada aos seus empregados. Mas não é possível termos um cargo público sem dominar bem o vernáculo, daí a grande importância de se estudar língua portuguesa para concursos públicos.

Aqui analisamos as questões de língua portuguesa em dois diferentes níveis de escolaridade, o médio e o superior, que eleva o nível de dificuldade das questões de cada cargo. Para provas de nível médio, analisamos as questões do cargo de técnico judiciário – área administrativa, cujo nível de escolaridade exigido é o ensino médio (antigo segundo grau). Para provas de nível superior, vemos as questões do cargo de analista judiciário – área judiciária, na qual é exigido nível superior em direito.

A banca organizadora dos concursos públicos objeto de estudo deste artigo é o cebraspe – Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Esta banca tem uma dinâmica própria de cobrança de questões nas provas dos cargos que analisamos, em que é feito em forma de julgamento (certo ou errado).

Analisamos questões de língua portuguesa de provas para entrada em dois órgãos, a saber, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Superior Tribunal Militar (STM). São órgãos de grande importância no cenário do poder judiciário brasileiro, em que as questões tendem a ser cobradas de forma mais rigorosa.

Os principais objetivos deste artigo são entender como é distribuída a dificuldade das questões nas provas entre os diferentes níveis de escolaridade, bem como analisar a importância do estudo da língua portuguesa para concursos públicos em geral.

O estudo proposto é de importância extrema, tanto para os estudantes que se preparam para concursos públicos, quanto para a ciência, pois fornece subsídios para os estudiosos que buscam entender a forma como as provas e questões são produzidas e cobradas pelas bancas organizadoras dos concursos públicos.

Para o proposto, buscamos estudar questões reais aplicadas provas dos concursos públicos que mencionamos acima. O presente artigo se vale de pesquisa teórica, pois utiliza autores para fundamentar as explicações das questões julgadas. É, por fim, uma pesquisa social, por investigar determinado grupo social com formação necessária para disputar cada cargo.

Análise da primeira questão selecionada

As primeiras 10 questões a serem analisadas é do concurso do órgão público “Superior Tribunal de Justiça”, em 2018, para o cargo de nível médio/Técnico judiciário de área administrativa, pela banca examinadora Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe. Na referida questão, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para as 10 questões subsequentes.

Texto CB4A1AAA, para responder as questões de 1 a 10:

- 1 As discussões em torno de questões como “o que é justiça?” ou “quais são os mecanismos disponíveis para produzir situações cada vez mais justas ao conjunto da*
4 sociedade?” não são novidade. Autores do século XIX já procuravam construir análises para
identificar qual o sentido exato do termo justiça e quais formas de promovê-la eram
7 possíveis e desejáveis ao conjunto da sociedade à época. O debate se enquadra em torno de três
principais ideias: bem-estar; liberdade e desenvolvimento; e promoção de formas
10 democráticas de participação. Autores importantes do campo da ciência política e da filosofia
política e moral se debruçaram intensamente em torno dessa questão ao longo do século XX,
13 e chegaram a conclusões diversas uns dos outros. Embora a perspectiva analítica de cada um
desses autores divirja entre si, eles estão preocupados em desenvolver formas de promoção de
16 situações de justiça social e têm hipóteses concretas para se chegar a esse estado de coisas.
Para Amartya Sen, por exemplo, a injustiça é
19 percebida e mensurada por meio da distribuição e do alcance social das liberdades. Para Rawls,
ela se manifesta principalmente nas estruturas básicas da sociedade e sua
22 solução depende de uma nova forma de contrato social e de uma definição de princípios básicos
que criem condições de promoção de justiça. Já para Habermas, a questão gira em
25 torno da manifestação na comunicação comunicativa, na qual a fragilidade de uma ação coletiva
que tenha pouco debate ou pouca representação pode enfraquecer a qualidade da
28 democracia e, portanto, interferir no seu pleno funcionamento, tendo, por consequência,
desdobramentos sociais injustos. Em síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos
31 variados para a solução da injustiça, os quais dependem da interpretação de cada um deles
acerca do conceito de justiça.

Augusto Leal Rinaldi. *Justiça, liberdade e democracia. In: Pensamento Plural. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013 (com adaptações).*

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

Julgue o seguinte item, relativo aos sentidos e às ideias do texto CB4A1AAA.

1 Depreende-se do texto que o debate acerca da justiça organiza-se em torno de parâmetros básicos, mas que não há consenso quanto ao conceito de justiça e às formas concretas para alcançá-la entre filósofos e cientistas políticos do século XX.

Gabarito: CERTO. De fato, existem três parâmetros básicos na qual se apoia o debate acerca da justiça, a saber: bem-estar; liberdade e desenvolvimento; e promoção de formas democráticas de participação. Por outro lado, não há consenso quanto ao conceito de justiça, visto que os principais pensadores divergem entre si quando o debate envolve o referido conceito.

Isso se respalda em Rinaldi:

Cada uma dessas três ideias aponta para uma forma diferente de pensar sobre justiça, e a ligação entre elas será o foco do nosso trabalho.

Autores importantes do campo da Ciência Política e da Filosofia Política e Moral se debruçaram intensamente em torno dessa questão ao longo do século XX, e chegaram a conclusões diversas uns dos outros acerca do que seria a justiça e de qual a melhor forma de promovê-la. Embora a perspectiva analítica de cada um desses autores difere entre si, eles estão preocupados em desenvolver formas de promoção de situações de justiça social e têm hipóteses concretas para se chegar a esse estado de coisas (...).⁴

Análise da segunda questão selecionada

Julgue o seguinte item, relativo aos sentidos e às ideias do texto CB4A1AAA.

2 Para o autor do texto, uma correta definição do termo justiça e a compreensão de sua manifestação social são imprescindíveis para que se possam traçar soluções adequadas a cada tipo de sociedade.

Gabarito : ERRADO. O autor defende a ideia de que não é necessário haver consenso sobre o conceito de justiça, para que esta seja implantada na sociedade. O mais importante é Identificar a injustiça, sua forma de manifestação na sociedade e os instrumentos necessários para solucioná-la.

Isso se respalda em Rinaldi (2013, p. 58/59):

(...) Em outros termos, o problema central identificado pelos autores é a questão da injustiça e de sua manifestação social. Os instrumentos disponíveis para sua solução são os mais variados e

⁴ RINALDI, Augusto Leal. Justiça, liberdade e democracia. In: **Pensamento Plural**. Ano 6, nº12. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/index>> Acesso em: 04 jul. 2018, p.58.

dependem da interpretação de cada um deles acerca do que julgam ser uma situação de injustiça. Porém, é possível traçar paralelos entre as análises e a edificação de uma argumentação que vá no sentido de relacioná-las é o que procuraremos fazer nesse instante. Assim, o consenso em torno da justiça não é prerrogativa necessária para sua solução. Há diversas maneiras de interpretá-la e de propor formas de controle, embora nem todos possam concordar com o método utilizado. (...).⁵

Análise da terceira questão selecionada

Julgue o seguinte item, relativo aos sentidos e às ideias do texto CB4A1AAA.

3 Os autores mencionados no segundo parágrafo apresentam ideias contrárias acerca da noção de injustiça: Amartya Sen a relaciona à liberdade na sociedade; Rawls entende injustiça como uma questão de contratos civis; e Habermas, como uma manifestação linguística e de ação coletiva.

Gabarito: ERRADA. Embora os autores mencionados não cheguem a um consenso acerca da ideia de injustiça e os instrumentos de promoção de situações de justiça social, seus pensamentos não são antagônicos entre si, mas se complementam, dialogando uns com os outros em busca da justiça social.

Isso se respalda em Rinaldi (2013, p. 68):

(...) Dessa forma, os autores que apresentamos acima, ainda que tenham optado por discutir temas específicos relacionados a esse conjunto de problemas, estão permanentemente dialogando entre si, sendo possível, pois, juntá-los numa mesma diretriz analítica que trabalhe com essa noção abrangente de justiça e democracia (...).⁶

Análise da quarta questão selecionada

Julgue o seguinte item, relativo aos sentidos e às ideias do texto CB4A1AAA.

4 O verbo enquadrar, no trecho “O debate se enquadra em torno de três principais ideias” (l.8), foi empregado com o sentido de circunscrever.

Gabarito : CERTO. Circunscrever significa “Estar entre”; Por sua vez, enquadrar, no texto, dá esse mesmo sentido: o debate se enquadra em torno de três principais ideias, então ele está dentro, está circunscrito.

⁵ RINALDI, Augusto Leal. Justiça, liberdade e democracia. In: **Pensamento Plural**. Ano 6, nº12. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013. Disponível em < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/index>> Acesso em: 04 jul. 2018, p.58-59.

⁶ RINALDI, Augusto Leal. Justiça, liberdade e democracia. In: **Pensamento Plural**. Ano 6, nº12. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013. Disponível em < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/index>> Acesso em: 04 jul. 2018, p.68.

Nesse sentido, o site Dicio⁷ assim explica: “Circunscrever: verbo transitivo. Traçar um limite em torno de; limitar: circunscrever uma propriedade por muros”.

Análise da quinta questão selecionada

Julgue o seguinte item, relativo aos sentidos e às ideias do texto CB4A1AAA.

5 A expressão “estado de coisas” (l.17) refere-se a “situações de justiça social” (l.16).

Gabarito: CERTO. É uma questão de coesão textual anafórica. A questão está no final do primeiro parágrafo: “eles estão preocupados em desenvolver formas de promoção de situações de justiça social e tem hipóteses concretas para se chegar a esse estado das coisas”. A qual estado das coisas? Ao estado de situação de justiça social. Ou seja, “Estado de coisas” está retomando “justiça social” através do pronome anafórico “esse”.

Isso se respalda em Bezerra⁸:

III- Quanto à localização textual do referente, temos as seguintes orientações:

Empregam-se “esse, essa, isso e variações” para retomar termos e informações já mencionados.

Tais pronomes funcionarão como “elemento de coesão referencial anafórica”.

A violência assola o país de norte a sul. Esse problema inviabiliza muitos negócios comerciais no Brasil.

Ao coração cabe toda a função de bombeamento sanguíneo. Esse órgão bate, quando regular, cerca de 80 vezes por minuto.

Análise da sexta questão selecionada

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB4A1AAA, julgue o próximo item.

6 *Embora haja semelhança de sentido entre os verbos divergir e diferir, a substituição da forma verbal “divirja” (l.14) por difere prejudicaria a correção gramatical do texto.*

Gabarito: CERTA. A substituição da forma verbal “divirja” por “difere” prejudica a correção gramatical do texto. Pois na frase, o verbo “diferir” não poder ser empregado no presente do indicativo: difere. Ele deveria ser flexionado no presente do subjuntivo: “difira”.

Isso se respalda em Bezerra⁹:

⁷ DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/circunscrever/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

⁸ BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p.243.

⁹ BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p.265.

O modo indicativo é o modo da realidade: serve para enunciar um fato ou um estado verdadeiros ou supostos verdadeiros, em orações independentes ou dependentes, declarativas, interrogativas ou exclamativas, quer afirmando, quer negando.

De acordo com o insigne mestre Augusto Epifânio da Silva Dias, “o indicativo é empregado em todas as orações para as quais não há regra que exija outro modo”.

“Que acusação trazeis contra este homem?” (Rui Barbosa)

“Quem canta seus males espanta.” (Provérbio)

“Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; (...); só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho.” (Aluísio Azevedo)

Modo subjuntivo

O modo subjuntivo (antigo “modo conjuntivo”) é o modo próprio da incerteza, da possibilidade, da dúvida, da futuridade, da vontade, do desejo, da esperança, da suposição, da concessão. De fato, são muitas as ideias significadas pelo subjuntivo.

A despeito de aparecer em orações independentes, o subjuntivo é próprio das orações dependentes, isto é, do processo subordinado, como o próprio nome já o diz – “subjuntivo = latim, subjunctivus = que liga, que une, que subordina”.

“Queimado sejas tu e teus enganos / Amor escandaloso, mau, cruel.” (Camões)

“Eu vou para Coimbra logo que esteja bom, e a menina da cidade fica em sua casa.” (Camilo Castelo Branco)

(...)

Análise da sétima questão selecionada

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB4A1AAA, julgue o próximo item.

7 O sujeito da forma verbal “têm” (l.16) está elíptico e retoma “cada um desses autores” (l.14).

Gabarito: ERRADO. Quando se coloca o verbo “têm” com acento, indica terceira pessoa do plural, e “cada um desses autores” tem como núcleo o “um”, motivo pelo qual não haveria a concordância adequada. No texto, o pronome “eles” é o sujeito elíptico, que retoma “cada um desses autores”.

Isso se respalda em Bezerra¹⁰:

Sujeito oculto / elíptico / desinencial

É aquele sujeito que não se encontra expresso na oração, mas que é facilmente subentendido pela desinência verbal.

Precisamos comprar um novo carro. (Sujeito = nós)

Hoje estou aqui para conversarmos um pouco sobre política monetária. (Sujeitos = eu para o verbo “estar” e nós para o verbo conversar)

Retira-te agora, criatura miserável! (Sujeito oculto = tu). ⇒ Cuidado neste exemplo: observe que o verbo se encontra no imperativo afirmativo.

“Adestrai-vos, e conquistai força física e moral.” (Olavo Bilac) (Sujeito = vós)

Análise da oitava questão selecionada

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB4A1AAA, julgue o próximo item.

8 Nos trechos “se debruçaram” (l.11) e “se chegar” (l.17), a partícula “se”

¹⁰ BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p.393.

recebe classificações distintas.

Gabarito: CERTO. A partícula “se debruçaram” constitui parte integrante do verbo ao passo que “se chegar” é Índice de indeterminação do sujeito.

Isso se respalda em Bezerra¹¹:

2.2 FUNÇÕES MORFOSSINTÁTICAS DA PALAVRA “SE”

(...)

Índice de indeterminação do sujeito → quando está associado a verbos intransitivos, transitivos indiretos ou relacionais (verbos de ligação). Vejamos alguns exemplos:

De fato, não **se** devem assistir a filmes que atentem contra os bons costumes.

“Entra-se na política por vocação legítima; não **se** entra por brincadeira.” (Machado de Assis)

De fato, na vida não **se** deve morrer por tão pouco.

(...)

Parte integrante de verbos essencialmente pronominais → neste caso, o “se” não apresentará função sintática.

Todos **se** arrependem dos atos praticados durante a festa.

Elas ainda **se** lembram de todos os fatos em seus mínimos detalhes.

Análise da nona questão selecionada

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB4A1AAA, julgue o próximo item.

9 *A correção gramatical e os sentidos do texto seriam preservados se o seu último período fosse reescrito da seguinte maneira: Em síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos variados para a solução da injustiça e dependem da interpretação de cada um desses instrumentos relativos ao conceito de justiça.*

Gabarito. ERRADO. Na reescritura a correção gramatical é mantida, contudo o sentido muda. Na frase original o pronome relativo “os quais” se referem a “instrumentos”, já na reescritura, o termo “e dependem” se refere aos autores, tornando a segunda frase com sentido diverso da primeira, daí o erro.

Isso está respaldado no Professor Albert Iglésia¹², que diz: “No trecho original, “instrumentos variados para a solução da injustiça” (representados pelo pronome relativo “o qual”) é que dependem da mencionada interpretação. Já na reescritura, são os autores que dependem”.

Análise da décima questão selecionada

¹¹ BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p.680.

¹² IGLÉSIA, Albert. **Concurso STJ: prova comentada de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stj-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/>> Acesso em: 04 jul. 2018.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB4A1AAA, julgue o próximo item.

10 *A correção gramatical do texto seria mantida caso se empregasse o acento indicativo de crase no vocábulo “a” em “a esse estado de coisas” (l.17).*

Gabarito: ERRADO. Não se pode colocar crase no vocábulo “a” em “a esse estado das coisas”. Além de “esse” ser pronome demonstrativo, é masculino. Logo, não poderia haver crase.

Isso se respalda em Bezerra¹³:

7.3.3 CASOS EM QUE NUNCA OCORRE A CRASE

(...)

2. Diante de palavras masculinas. (...)

(..)

5. Diante dos pronomes indefinidos, dos interrogativos, dos demonstrativos “este, esta, estes, estas, esse, essa, esses, essas e isso” e dos relativos, à exceção de “a qual e as quais”.

Análise da décima primeira questão selecionada

As próximas sétimas questões a serem analisadas são do concurso do órgão “Superior Tribunal Militar”, em 2017, para o cargo de nível superior/Analista judiciário de Área Judiciária, pela banca examinadora (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe). Na referida questão, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Texto CBIA1BBB, para responder as questões de 10 a 17

*1 Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens:
4 o domínio sobre a mulher. Há outros casos. (...) Todos esses senhores parece que não sabem o que é a vontade dos outros. Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu
7 desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada; mas o certo é que estes não nos arrebatarem senão o dinheiro, enquanto esses tais noivos
10 assassinos querem tudo que há de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão. O ladrão ainda nos deixa com vida, se lhe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém,
13 nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. Eles, não; matam logo. Nós já tínhamos os maridos que matavam as esposas
16 adúlteras; agora temos os noivos que matam as ex-noivas. De resto, semelhantes cidadãos são idiotas. É de se supor que quem quer casar deseje que a sua futura mulher venha para o
19 tálamo conjugal com a máxima liberdade, com a melhor boa-vontade, sem coação de espécie alguma, com ardor até, com ânsia e grandes desejos; como é então que se castigam as
22 moças que confessam não sentir mais pelos namorados amor ou coisa equivalente? Todas as considerações que se possam fazer tendentes*

¹³ BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p.613.

25 a convencer os homens de que eles não têm sobre as mulheres domínio outro que não aquele que
venha da afeição não devem ser desprezadas. Esse obsoleto domínio à valentona, do homem
28 sobre a mulher, é coisa tão horrorosa que enche de indignação. Todos os experimentadores e
observadores dos fatos morais têm mostrado a insanidade de generalizar a eternidade
31 do amor. Pode existir, existe, mas excepcionalmente; e exige-la nas leis ou a cano de revólver é
um absurdo tão grande como querer impedir que o Sol varie a hora do seu
34 nascimento. Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus.
Lima Barreto. *Não as matem*. In: *Vida urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 83-5 (com
adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto CB1A1BBB, julgue o item que se segue.
11 O autor emprega a expressão “De resto” (l.17) para se referir a outros homens além dos “maridos que matavam as esposas adúlteras” (l. 15 e 16) e dos “noivos que matam as ex-noivas” (l.16).

Gabarito: ERRADO. Contextualmente, a expressão “de resto” não faz referência a qualquer termo, sendo incorreta a afirmação de que faz referência a outros homens. Ademais, sob o prisma do sentido, apresenta a acepção de “e o mais”, “e o restante”.

Isso se respalda em Terror¹⁴, que diz “A expressão “de resto” significa “afinal de contas”, “aliás”. Assim, tal expressão não faz referência a outros homens”.

Análise da décima segunda questão selecionada

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto CB1A1BBB, julgue o item que se segue.
12 Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, a forma verbal “deseje” (l.18) poderia ser substituída por *aspire* a.

Gabarito: CERTO. Tanto a forma verbal “deseje” quanto a forma “aspire” estão conjugadas no modo subjuntivo, imprimindo ao contexto a semântica de hipótese. Vale destacar que o verbo “aspirar” foi empregado na acepção de “almejar”, exigindo complemento regido pela preposição “a”.

Isso está respaldado em Terror¹⁵, o verbo “aspirar” é transitivo indireto e rege a preposição “a” quando no sentido de desejar. Assim, cabe a substituição de “deseje” por “aspire a”.

¹⁴ TERROR, Décio. **Gabarito extraoficial Português STM**. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/gabarito-extraoficial-portugues-stm/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

¹⁵ TERROR, Décio. **Gabarito extraoficial Português STM**. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/gabarito-extraoficial-portugues-stm/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

Análise da décima terceira questão selecionada

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto CB1A1BBB, julgue o item que se segue.

13 A ideia principal do último parágrafo do texto é a de que as mulheres não devem ser penalizadas em razão das decisões que tomam a respeito de seus sentimentos.

Gabarito: ERRADO. Trata-se de uma afirmação generalista, pois essa não é ideia principal defendida no parágrafo.

Isso está respaldado em Sales¹⁶, para quem “A ideia central do parágrafo é a “generalização da eternidade do amor”. Nesse tópico frasal, o autor faz uma afirmação de caráter geral como uma estratégia argumentativa para fazer um apelo ao final do texto: o de deixar as mulheres amar”.

Análise da décima quarta questão selecionada

a) Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto CB1A1BBB, julgue o item que se segue.

b) 14 O vocábulo “se” recebe a mesma classificação em “se julgam” (l.6) e “se castigam” (l.21).

c)

Gabarito: ERRADO. Trata-se das funções morfosintáticas da palavra “SE”, que, entre outros, pode ser pronome reflexivo, que ocorre em “se julgam”, ou pronome apassivador, que ocorre em “se castigam”. Logo, são classificações diferentes e a questão está errada.

Isso se respalda em Bezerra¹⁷, segundo o qual a palavra se pode ser:

Pronome apassivador → associado a um verbo transitivo direto ou a um verbo transitivo direto e indireto, forma a voz passiva sintética (também chamada de pronominal). Neste caso, o “se” é chamado de “partícula (ou pronome) apassivador ou apassivante”. Veja:

Ali não se alugavam outras coisas, senão roupas de frio.

(...)

Pronome reflexivo, objeto direto → função bastante comum exercida pelo pronome “se”. Neste caso, o “se” indica a reflexibilidade da ação, pois a ação recai sobre o sujeito, enunciado agora no pronome reflexivo “se”.

Hitler se matou quando não mais viu possibilidade de implementar suas ações. (exemplos):

Ao ouvir os tiros, todos se esconderam nas proximidades do morro.

¹⁶ SALES, Fabiano. **Concurso STM**: prova comentada de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stm-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/> Acesso em: 04 jul. 2018.

¹⁷ BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p.680-681.

Quando o namorado tocou a campainha, ela se vestiu num piscar de olhos.

Análise da décima quinta questão selecionada

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto CB1A1BBB, julgue o item que se segue.

15 O vocábulo “valentona” (l.27) foi empregado em referência a “mulher” (l.28).

Gabarito: ERRADO. A expressão “à valentona” se refere à maneira como o homem deseja ter o domínio sobre a mulher, e não ao termo “mulher em si”.

Isso está respaldado em Sales¹⁸, que afirma “A locução adverbial ‘à valentona’ não faz referência ao termo ‘mulher’. Repare que, na cadeia discursiva, a expressão ‘domínio à valentona’ está acompanhada do segmento ‘do homem sobre a mulher’, que sintaticamente funciona como aposto explicativo”.

Análise da décima sexta questão selecionada

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto CB1A1BBB, julgue o item que se segue.

16 Caso se isolasse por vírgulas o trecho “que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida” (l. 1 e 2), seria pertinente inferir que o autor se referisse a um rapaz já anteriormente mencionado, ou conhecido do interlocutor.

Gabarito: CERTO. Com efeito, o isolamento por vírgulas imprimiria à oração um valor explicativo, permitindo a inferência de que o “rapaz”, por ter sido anteriormente citado na superfície textual¹⁹.

É o que explica também Carneiro²⁰, que afirma

Gente, esta questão apresenta uma nova maneira de trabalhar orações adjetivas restritivas e explicativas, vejamos:

TRECHO ORIGINAL: Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens... (risquei para facilitar a visualização)

TRECHO ORIGINAL ADAPTADO: Esse rapaz que quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens... (ORAÇÃO ADJETIVA RESTRITIVA) Se eu uso uma oração para restringir, é porque preciso identificar o rapaz: não é qualquer um ou algum que já conheçamos, é aquele que quis matar a noiva.

¹⁸ SALES, Fabiano. **Concurso STM:** prova comentada de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stm-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/> Acesso em: 04 jul. 2018.

¹⁹ SALES, Fabiano. **Concurso STM:** prova comentada de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stm-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/> Acesso em: 04 jul. 2018.

²⁰ CARNEIRO, Denise. **Prova STM 2018:** Língua Portuguesa (Analista). Disponível em: <https://www.tecconcursos.com.br/dicas-dos-professores/provas-stm-2018-comentadas>. Acesso em: 04 jul. 2018.

Quando eu isolo a oração usando vírgulas, transformando-a em adjetiva explicativa, acontece o seguinte:

TRECHO REESCRITO ADAPTADO: Esse rapaz, que quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida, é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens... (ORAÇÃO ADJETIVA EXPLICATIVA).

Agora posso inferir que o tal rapaz já é conhecido do leitor, já foi citado em algum momento do texto e, por isso, não é preciso mais restringi-lo, apenas acrescentar informação (explicação) sobre ele.

Análise da décima sétima questão selecionada

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto CBIA1BBB, julgue o item que se segue.

17 Feitos os devidos ajustes de pontuação, a retirada do trecho “Eles, não” (l.13) manteria o sentido geral do texto, porém reduziria a ênfase com a qual o autor se refere à crueldade dos “noivos assassinos” (l. 9 e 10).

Gabarito: CERTO. Argumentativamente, a expressão “Eles, não” foi utilizada com o intuito de realçar/enfatizar a realidade dos “noivos assassinos”, marcada pela “crueldade”, já que, diferentemente do ladrão, eles “matam logo”. Portanto, com a retirada desse trecho, perder-se-ia a ênfase original, é o que explica Sales²¹.

No mesmo sentido explica Carneiro²²:

Vejamos o trecho original: “...enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que há de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão. O ladrão ainda nos deixa com vida, se lhe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém, nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. Eles, não; matam logo.”

Gente, como a assertiva cita os ajustes de pontuação, podemos considerá-la correta, visto que a retirada de "Eles, não" não prejudica o sentido original, mas, de fato, diminui a ênfase dada aos "noivos assassinos" em relação aos ladrões comuns. Os ladrões dão a opção "a bolsa ou a vida", os passionais (noivos assassinos) não.

REESCRITURA: “...enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que há de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão. O ladrão ainda nos deixa com vida, se lhe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém, nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. Matam logo.”

Análise da décima oitava questão selecionada

As próximas 3 questões a serem analisadas são do concurso do órgão público “Superior Tribunal Militar”, em 2017, para o cargo de nível superior/Analista judiciário de Área Judiciária, pela banca examinadora (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe). Nas referidas questões, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador:

²¹ SALES, Fabiano. **Concurso STM:** prova comentada de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stm-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/> Acesso em: 04 jul. 2018.

²² CARNEIRO, Denise. **Prova STM 2018:** Língua Portuguesa (Analista). Disponível em: <https://www.tecconcursos.com.br/dicas-dos-professores/provas-stm-2018-comentadas>. Acesso em: 04 jul. 2018.

Texto CB1A1AAA, para responder as questões de 17 a 20.

- 1 *Não sou de choro fácil a não ser quando descubro qualquer coisa muito interessante sobre ácido desoxirribonucleico. Ou quando acho uma carta que fale sobre*
- 4 *a descoberta de um novo modelo para a estrutura do ácido desoxirribonucleico, umacartaqueterminecom“Muitoamor, papai”. Francis Crick descobriu o desenho do DNA e escreveu*
- 7 *a seu filho só para dizer que “nossa estrutura é muito bonita”. Estrutura, foi o que ele falou. Antesdedespedir-seaindadisse: “Quando chegar em casa, vou te mostrar o modelo”. Não*
- 10 *esqueça os dois pacotes de leite, passe para comprar pão, guarde o resto do dinheiro para seus caramelos e, quando chegar, eumostroavocê omecanismo copiador básico a partir*
- 13 *do qual a vida vem da vida.*
- Não sou de choro fácil, mas um composto orgânico cujasmoléculascontêm as instruçõesgenéticasquecoordenam*
- 16 *o desenvolvimento e o funcionamento de todos os seres vivos me comove. Cromossomas me animam, ribossomas me espantam. Adivisãocelularnão me deixa dormir, e olha que eu*
- 19 *moro bem no meio das montanhas. De vez em quando vejo passaremosaviões, mas isso nunca acontece de madrugada — a noite se guarda toda para o infinito silêncio.*
- 22 *Acho que uma palavra é muito mais bonita do que uma carabina, mas não sei se vem ao caso. Nenhuma palavra quer ferir outras palavras: nem desoxirribonucleico, nem*
- 25 *montanha, nem canção. Todos esses conceitos têm os seus sinônimos, veja só, ácido desoxirribonucleico e DNA são exatamente a mesma coisa, e os do resto das palavras você*
- 28 *acha. É tudo uma questão de amor e prisma, por favor não abra os canhões. Que coisa mais linda esse ácido despenteado, caramba. Olhei com mais atenção o desenho da estrutura e*
- 31 *descobri: a raça humana é toda brilho.*

Matilde Campilho. Notícias escritas na beira da estrada. In: Jôquei. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 26-7 (com adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

Julgue o item a seguir, com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, no qual a autora Matilde Campilho aborda a descoberta, em 1953, da estrutura da molécula do DNA, correalizada pelos cientistas James Watson e Francis Crick

18 *A substituição da expressão “e olha que eu moro bem no meio das montanhas” (R. 18 e 19) por embora eu more entre montanhas manteria a coerência do trecho no qual se insere, mas alteraria seu nível de formalidade.*

Gabarito: CERTO. Embora ambas expressões mantêm o sentido do texto, a troca da primeira pela segunda implicaria em um nível de formalidade maior para o texto, pois o termo “e olha que” denota uma linguagem oral, falada, e, portanto, mais informal que “embora”.

Nesse sentido explica Carneiro²³ que

(...) a expressão "e olha que" tem sentido adversativo, mas é tipicamente empregada com tom de oralidade, de linguagem falada, ou seja, menos formal. Assim, poderíamos de fato fazer a substituição das estruturas, mas sairíamos de um tom mais informal para um com maior grau de formalidade.

Análise da décima nona questão selecionada

*Julgue o item a seguir, com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CBIAIAAA, no qual a autora Matilde Campilho aborda a descoberta, em 1953, da estrutura da molécula do DNA, correalizada pelos cientistas James Watson e Francis Crick.
19 O vocábulo “os” (l.27) remete a “sinônimos” (l.26).*

Gabarito: CERTO. O vocábulo “os” funciona como termo anafórico, que retoma a palavra “sinônimos”.

Isso está respaldado em Sales²⁴ (2018), que afirma “No trecho “e os (sinônimos) do resto das palavras”, subtende-se a palavra “sinônimos”, revisitada anaforicamente pela forma “os””.

Análise da vigésima questão selecionada

*Julgue o item a seguir, com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CBIAIAAA, no qual a autora Matilde Campilho aborda a descoberta, em 1953, da estrutura da molécula do DNA, correalizada pelos cientistas James Watson e Francis Crick
20 A forma verbal “termine”, que denota uma ação incerta ou irreal, foi empregada para indicar que a carta que Crick escreveu a seu filho, na realidade, não se encerra com as palavras ‘Muito amor, papai’.*

Gabarito: ERRADA. A forma verbal “termine” está conjugada no Presente do subjuntivo, modo que exprime semântica de hipótese/possibilidade/incerteza. No entanto, Matilde Campilho apresentou o fecho “Muito amor, papai” apenas para descrever cartas que a emocionam, não indicando que a carta direcionada por Crick a seu filho contivesse o mencionado componente textual²⁵.

Na mesma linha Carneiro²⁶ afirma:

²³ CARNEIRO, Denise. **Prova STM 2018:** Língua Portuguesa (Analista). Disponível em: <https://www.teconcursos.com.br/dicas-dos-professores/provas-stm-2018-comentadas>. Acesso em: 04 jul. 2018.

²⁴ SALES, Fabiano. **Concurso STM:** prova comentada de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stm-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/> Acesso em: 04 jul. 2018.

²⁵ SALES, Fabiano. **Concurso STM:** prova comentada de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stm-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/> Acesso em: 04 jul. 2018.

²⁶ CARNEIRO, Denise. **Prova STM 2018:** Língua Portuguesa (Analista). Disponível em: <https://www.teconcursos.com.br/dicas-dos-professores/provas-stm-2018-comentadas>. Acesso em: 04 jul. 2018.

(...) no contexto inserido, o verbo "termine" no presente do Subjuntivo foi utilizado para deixar o desfecho da carta "Muito amor, papai" no campo da hipótese, e não para indicar que, na realidade, a carta escrita por Crick não termina com essas palavras. Muito cuidado!! Vejamos o texto: "Não sou de choro fácil a não ser quando descubro qualquer coisa muito interessante sobre ácido desoxirribonucleico. Ou quando acho uma carta que fale sobre a descoberta de um novo modelo para a estrutura do ácido desoxirribonucleico, uma carta que termine com "Muito amor, papai".

(...)

Então o verbo "termine" NÃO foi usado PARA indicar que a carta que Crick escreveu a seu filho, na realidade, não se encerra com as palavras 'Muito amor, papai', mas para deixar esse fato no campo das probabilidades.

Considerações Finais

Como vimos no início, ser servidor público significa ter estabilidade financeira para toda a vida, cujos salários geralmente ultrapassam àqueles pagos pela iniciativa privada aos seus empregados. Esse é um dos principais motivos pelo qual é tão concorrido as vagas públicas. Mas, também vimos que não é possível termos um cargo público sem dominar bem o vernáculo, daí a grande importância de se estudar língua portuguesa para concursos públicos.

Podemos notar que analisamos questões do vernáculo em dois diferentes níveis de escolaridade, o médio e o superior. Para provas de nível médio, analisamos as questões do cargo de técnico judiciário – área administrativa, cujo nível de escolaridade exigido é o ensino médio (antigo segundo grau). Para provas de nível superior, vimos as questões do cargo de analista judiciário – área judiciária, na qual é exigido nível superior em direito.

Podemos perceber que a banca organizadora dos concursos públicos objeto de estudo deste artigo é o CEBRASPE – Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos, cuja dinâmica de cobrança de questões nas provas dos cargos que analisamos é feito em forma de julgamento (certo ou errado).

Podemos analisar questões de língua portuguesa de provas de concursos de dois órgãos públicos, a saber, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Superior Tribunal Militar (STM). Órgãos estes de extrema importância do poder judiciário brasileiro.

Os principais objetivos deste artigo foram entender como é distribuída a dificuldade das questões nas provas entre os diferentes níveis de escolaridade, bem como analisar a importância do estudo da língua portuguesa para concursos públicos em geral.

O estudo proposto foi de importância extrema, tanto para os estudantes que se preparam para concursos públicos, quanto para a ciência, pois forneceu subsídios para os estudiosos que buscam entender a forma como as provas e questões são produzidas e cobradas pelas bancas organizadoras dos concursos públicos.

Para o proposto, buscamos estudar questões reais aplicadas provas dos concursos públicos mencionados. O presente artigo se valeu de pesquisa teórica, pois utilizou autores para fundamentar as explicações das questões julgadas. Foi, por fim, uma pesquisa social, por investigar determinado grupo social com formação necessária para disputar cada cargo.

Portanto, através do estudo das questões, se tornou possível entender a dinâmica de cobrança delas pela banca organizadora analisada. Percebemos que quanto de trata de nível médio, a banca Cebraspe cobra de forma mais contundente a gramática, como a morfologia e a sintaxe, além de acentuações. Quando o cargo a ser ocupado é de nível superior, a banca citada passa a exigir maior capacidade de interpretar textos e reestruturá-los.

Em todo e qualquer caso, percebemos que o estudo da língua portuguesa é de suma importância para a entrada em qualquer cargo público, seja ele de nível médio ou superior. A razão disso é evidente: é necessário que o candidato a cargo público escreva e fale bem, tanto em razão da complexidade do cargo que irá ocupar, como em função da nobreza dos cargos públicos em geral, que exige as pessoas mais capacitadas para ocupá-los.

Referências

BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

CARNEIRO, Denise. **Prova STM 2018: Língua Portuguesa (Analista)**. Disponível em: <https://www.teconconcursos.com.br/dicas-dos-professores/provas-stm-2018-comentadas>. Acesso em: 04 jul. 2018.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/circunscrever/>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Gramática Didática e Interpretação de Textos**. 17.ed. Brasília: JRG, 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 6. ed. Brasília: JRG, 2011.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Redação Oficial, Dissertação e Interpretação de Textos**. 2. ed. Brasília: EA, 2008.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Redação: o passo decisivo para sua aprovação**. Barueri/SP: Gold, 2008. (Coleção Concursos Públicos, vol. 11)

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; CARNEIRO, Débora Ferreira. A influência do uso correto da

norma culta da Língua Portuguesa para o Direito. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano III, Vol.III, n.9, jan./mar., 2012.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo.; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Barbosa . A014.Prova Discursiva do concurso para Agente de Polícia Federal. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 1, p. 4-13, 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo.; ARAUJO FILHO, Vander Lúcio ; ARAUJO, Melissa Xavier ; SILVA, Pedro Ferreira ; SOUZA, Fernanda Oliveira de ; SANGLARD, Elvis Estrela ; ALVES, Victor Hugo Vieira . Análise do uso do acento indicativo de Crase a partir da análise de questões de Língua Portuguesa cobradas em concursos públicos recentes. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 1, p. 14-41, 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo.; CRUZ, Thiago Monteiro . Prova Discursiva do concurso para Técnico Socioeducativo: responsabilidade do servidor público perante a sociedade. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 1, p. 42-60, 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo.; MENESES, Leila Rodrigues da Silva . Os advogados cíveis sabem utilizar a Crase?. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 1, p. 73-96, 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo.. Estrutura da Dissertação Técnica em laboratório de redação em sala de aula sobre Violência no Trânsito. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. I, p. 95-126, 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo.; FERREIRA, Maria Fernanda Nince .Laboratório de estrutura da dissertação técnica em sala de aula sobre violência no campo. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 1, p. 156-193, 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo.; PESSOA, Elyelton Ryellison Firmino . Redação Oficial: análise de questões em provas de concursos públicos. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. I, p. 06-26, 2018.

GONÇALVES, J. R.; SILVA, Weliton Bonner Alves da . Prova discursiva do concurso para atendente de reintegração socioeducativo: proteção integral à criança e ao adolescente ? responsabilidade de toda a sociedade. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, v. 17, p. 161-173, 2016.

GONÇALVES, J. R.; SOUZA, Kátia Letícia Dantas Tavares . A colocação pronominal na visão dos gramáticos da Língua Portuguesa. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, v. 17, p. 174-186, 2016.

IGLÉSIA, Albert. **Concurso STJ**: prova comentada de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stj-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/>> Acesso em: 04 jul. 2018.

RINALDI, Augusto Leal. Justiça, liberdade e democracia. In: **Pensamento Plural**. Ano 6, nº12. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/index>>. Acesso em 04 jul. 2018.

SALES, Fabiano. **Concurso STM: prova comentada de Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://blog.pontodosconcursos.com.br/concurso-stm-prova-comentada-de-lingua-portuguesa/> Acesso em: 04 jul. 2018.

TERROR, Décio. **Gabarito extraoficial Português STM**. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/gabarito-extraoficial-portugues-stm/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.